ESPAÇO RURAL

N.º 160
Periodicidade Bimestral
M A I 0 / J U N H 0
2024 · 2.75€



Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL



ENTREVISTA: MINISTRO DA AGRICULTURA GARANTE PAGAMENTO INTEGRAL DOS MONTANTES REFERENTES AO PU2024

DESTAQUE

Estudo de Impacto Acumulado dos Acordos Comerciais na União Europeia

DIVULGAÇÃO

Projeto Bestcoopmed: Excelência da Organização da Produção em Cooperativas Agroalimentares na Europa Mediterrânica

DESTAQUE

O Sector Vitivinicola em Análise: Contraciclo e Adegas Cheias

ATUALIDADE

CONFAGRI Promove Colóquio Dedicado ao Tema "Cooperativismo Agrícola: Uma visão Ibérica"

DESCARREGUE A VERSÃO















AGROEUROPA



Presidente do Conselho de Administração da CONFAGRI

ntramos num novo ciclo Europeu. com novos protagonistas e novos equilíbrios, que esperamos todos que seja no sentido certo, que traga Paz e sustentabilidade a todo território da União Europeia e a todos os seus sectores.

No caso concreto do sector Agroalimentar, importa sublinhar que estamos a falar da mais antiga política que abraça todos os Estados-Membros: a PAC. Uma PAC com novos desafios, mas que não pode esquecer as suas origens e aqueles que estão na base da pirâmide da alimentação: os seus Agricultores.

Este é o momento, tanto em Bruxelas como em Lisboa, de reescrever as linhas mestras do nosso sector. Faco um apelo muito simples: escrevam o futuro com os Agricultores e as suas Organizações.

A Política Agrícola Comum é um dos alicerces da UE, tem evoluído muito, mas é crucial que volte a pensar no seu grau de autonomia estratégica alimentar, porque o que produzimos são Alimentos da forma mais segura e exigente do Mundo. Precisamos de um reequilíbrio da PAC

que coloque a produção em primeiro lugar e que recompense os agricultores por um conjunto de externalidades positivas que geram com a sua atividade. Temos que passar de um Acordo Verde Europeu para um Acordo Europeu para os Agricultores e para os nossos Consumidores. Não podemos continuar a exigir aos nossos Agricultores um conjunto de regras e normas que, na prática, funcionam como um espartilho que asfixia a produção, levando ao abandono da atividade e das zonas rurais. Não podemos continuar a insistir numa europa mais verde, quando os agricultores têm as suas contas no vermelho.

Temos de trabalhar com a ciência no sentido de acabar com dogmas ou mitos infundados sobre o uso de sementes mais resistentes e adaptadas ao território

Temos de acautelar o futuro, acarinhando os jovens. Hoje temos uma geração de filhos de agricultores bem preparados, mas que precisam de medidas específicas para garantir de forma segura a transição das explorações agrícolas.

Se os perdermos, nunca mais os vamos recuperar.

O sector agroalimentar europeu, por tudo o que representa na economia, na fixação da população aos territórios, na autonomia estratégica e na coesão dos territórios, merece ser olhado e tratado de outra forma, promovendo também equilíbrios regionais.

As manifestações do passado recente são a prova de que algo vai mal nas políticas agrícolas europeias. Haja a coragem de as corrigir.

Aos nossos eurodeputados eleitos, deixo o pedido para que sejam a nossa voz em Bruxelas e não o seu contrário.

ESTUDO DE IMPACTO ACUMULADO DOS ACORDOS COMERCIAIS NA UNIÃO EUROPEIA



Sendo muito debatido um ou outro acordo comercial em particular em termos de opinião pública e pela comunidade científica, existem poucos ou mesmo quase nenhuns estudos sobre o impacto dos vários acordos estabelecidos ou previstos quando considerados no seu conjunto. O trabalho do JRC, o Centro Comum de investigação da União Europeia, é algo pioneiro e tenta estudar os efeitos potenciais de 10 futuros acordos de comércio livre (ACL) no âmbito da atual agenda comercial da UE. Este quantifica os impactos sectoriais cumulativos em termos de comércio bilateral, produção, procura e evolução dos preços. Além disso, fornece informações sobre a evolução da oferta, da procura e dos preços no produtor para os mercados de produtos agrícolas de base mais importantes da UE.

m contraste com um exercício de previsão, esta análise compara duas variantes de um cenário de liberalização do comércio (conservador e ambicioso) com uma situação de manutenção do status quo (cenário de referência) em 2032, incluindo uma análise dos efeitos da agenda comercial do Reino Unido no comércio agroalimentar da UE.

Num exercício particularmente difícil, reconhecem à partida algumas limitações: No que respeita à desagregação geográfica do estudo, os resultados são fornecidos apenas a nível europeu. Isto significa que este exercício não é capaz de fornecer indicações sobre o impacto dos acordos comerciais a nível dos Estados-Membros ou a nível regional; Também limitante é o caráter teórico de parte dos cenários: no caso de negociações ainda não concluídas, as concessões comerciais para produtos sensíveis são implementadas não como contingentes pautais - como é normalmente o caso nas negociações comerciais - mas sim em termos de liberalização pautal parcial; Além disso, o desenho dos cenários comerciais pressupõe que todos os acordos entrarão em vigor ao mesmo tempo e serão completamente aplicados até ao final do período de simulação (2032), o que não é o caso (alguns estão próximos da adoção e aplicação, enquanto outros estão ainda em fase de negociação). Os resultados dos exercícios do modelo mostram o estado de equilíbrio final após a entrada em vigor de todos os ACL e a absorção de todos os choques

Dos 10 ACL abrangidos pelo presente estudo, apenas foram concluídos os ACL com os 4 parceiros. Por outras palavras, os resultados das negociações são conhecidos. No que respeita aos outros acordos em negociação ou previstos, os resultados são ainda desconhecidos. É o caso, nomeadamente, da identificação e do tratamento dos produtos sensíveis, relativamente aos quais são geralmente efetuadas concessões recíprocas sob a forma de contingentes pautais. Dado o grau de incerteza das negociações comerciais no âmbito da agenda comercial da UE, não é possível modelar com exatidão.

O ESTUDO EM RESULTADOS

O estudo confirma que os ACL analisados têm potencial para beneficiar o sector agroalimentar da UE, especialmente os sectores dos produtos lácteos, da carne de suíno, dos alimentos transformados e das bebidas. Salienta igualmente a vulnerabilidade dos sectores da carne de bovino, da carne de ovino, da carne de aves de capoeira, do açúcar e do arroz.

A análise do JRC - centro de investigação conclui que as exportações da UE para os 10 parceiros em estudo aumentarão fortemente: 27% (3,5 mil milhões de euros) num cenário conservador e 38% (4,8 mil milhões de euros) num cenário ambicioso, em comparação com uma base de referência em 2032. Os dois cenários referem-se a diferentes padrões de liberalização em 2032 e são comparados com uma projeção comercial de base no mesmo ano, sem a aplicação dos acordos comerciais selecionados.

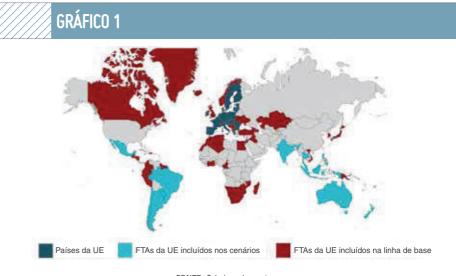
O mapa mundial apresentado salienta todos os acordos em estudo, os acordos de comércio livre cujas negociações foram recentemente concluídas pela UE, mas que ainda não foram adotados ou entraram em vigor, ou seja, os acordos com o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e a Nova Zelândia, e os acordos atualizados com o Chile e o México, bem como os acordos comerciais em negociação com a Austrália, a Índia, a Indonésia, a Malásia, as Filipinas e a Tailândia (Gráfico 1).

Segundo o estudo prevê-se que, até 2032, sem a aplicação de outros acordos comerciais bilaterais, estes 10 países e regiões representem 6.6% (12.6 mil milhões de euros) das exportações agroalimentares da UE e 28,2% (32,2 mil milhões de euros) das importações agroalimentares da UE. Considerando todos os países parceiros comerciais da UE, as exportações agroalimentares da UE aumentariam 1,6% (3,1 mil milhões de euros) no cenário conservador e 2,3% (4,4 mil milhões de euros) no cenário ambicioso.

Quanto às importações, as importações agroalimentares totais da UE nos cenários conservador e ambicioso aumentam 2,7% (3,1 mil milhões de euros) e 3,6% (4,1 mil milhões de euros), respetivamente. Este facto resulta do aumento das importações comunitárias de todos os produtos agroalimentares dos 10 parceiros ACL em 11% (3,5 mil milhões de euros) no cenário prudente e em 14,5% (4,7 mil milhões de euros) no cenário ambicioso. O maior aumento do valor das importações da UE é atribuível aos países do Mercosul.

Embora a UE seja um importador líquido em relação aos 10 parceiros comerciais considerados, os acordos beneficiariam tanto as exportações como as importações da UE, resultando num aumento equilibrado do comércio

Os 10 futuros acordos comerciais criarão mercados adicionais para os produtos



FONTE: Criado pelos autores

agroalimentares da UE e diversificarão as fontes de comércio. Este facto, por sua vez, tornará a UE menos dependente de um número limitado de parceiros comerciais para os principais produtos de base, melhorando a resiliência das cadeias de abastecimento alimentar da UE e contribuindo para uma maior segurança alimentar dos consumidores europeus.

E QUAIS OS IMPACTOS NOS DIFERENTES **SECTORES AGROALIMENTARES DA UE?**

Prevê-se que surjam oportunidades comerciais para alguns produtos agroalimentares, como os lacticínios, a carne de suíno, o vinho e outras bebidas e os produtos agroalimentares transformados.

No cenário ambicioso, as exportações para todos os países de produtos transformados aumentam 2,1% (1,3 mil milhões de euros) em comparação com o cenário de referência de 2032, as de vinho e bebidas (e tabaco) 1,6% (654 milhões de euros) e as de produtos lácteos 4,8% (780 milhões de euros). Além disso, as exportações de carne de suíno aumentariam 5,4% (566 milhões de euros) no cenário ambicioso, o que corresponde a cerca de 118.000 toneladas em equivalente peso carcaca.

Por outro lado, prevê-se que certos sectores, como a carne de bovino, a carne de ovino, as aves de capoeira, o arroz e o açúcar, enfrentem uma maior concorrência dos 10 parceiros do ACL.

Estima-se que os valores das importações dos sectores da carne aumentem, com acréscimos potenciais de até 3,9% (6.000 toneladas) para a carne de ovino, 24% (91.000 toneladas) para a carne de bovino e 28,3% (274.000 toneladas) para as aves de capoeira no cenário ambicioso. Estes

aumentos são principalmente atribuídos ao aumento das importações provenientes do Mercosul, da Austrália, da Nova Zelândia e da Tailândia.

Consequentemente, prevê-se que a produção da UE em todos os sectores da carne diminua ligeiramente (cerca de 1-2%, consoante o sector). Tal conduzirá a uma tendência semelhante nos preços no produtor nacional, em que os precos no produtor de todos os sectores da carne - com exceção da carne de suíno - diminuiriam.

No caso da carne de bovino, prevê-se que os preços no produtor desçam cerca de 2,4% em ambos os cenários e, no caso dos ovinos, 2,7% no cenário ambicioso (1,9% no cenário conservador), enquanto os preços no produtor de aves de capoeira quase não são afetados. No caso da carne de suíno, no cenário ambicioso, o preço aumenta 1,3% (no cenário conservador, 0,4%).

O impacto relativamente baixo na produção e nos preços da UE deve-se principalmente ao facto de estes aumentos das importações serem muito inferiores aos volumes totais da produção da UE.

Prevê-se que a importação de açúcar aumente 13% (200 mil toneladas), exercendo um impacto menor na produção interna e nos preços no produtor. Prevê-se igualmente que o sector do arroz sofra um certo declínio da produção e dos precos no produtor da UE e que as importações aumentem.

Nota: desagregação sectorial

 Agricultura primária (15 produtos): trigo; arroz paddy; outros cereais; oleaginosas; beterraba sacarina e cana; produtos hortícolas; frutos e nozes; outras culturas; bovinos; animais vivos (ovinos, caprinos); suínos vivos; frangos e outros produtos

animais; leite cru; plantas e outros produtos de origem animal; leite cru; fibras vegetais; lã.

- Produtos alimentares, alimentos para animais e bebidas (13 mercadorias): carne de bovino; carne de ovino (ovino, caprino, equídeo); carne de suíno; carne de aves de capoeira; produtos lácteos (por ex: queijo, leite e natas, manteiga, soro de leite e gelados); açúcar; óleos e farinhas (óleos vegetais, óleos vegetais brutos e bagaços de oleaginosas); arroz; bebidas e tabaco; e outros produtos alimentares; alimentos para animais.
- Outros sectores (16 mercadorias (não apresentadas)): peixe e produtos transformados da pesca; silvicultura; petróleo bruto; gás natural; carvão; fabrico; madeira; adubos; biodiesel; bio-gasolina; produtos petrolíferos; eletricidade; distribuição de gás; serviços alimentares; outros serviços; serviços de transporte.

O EFEITO REINO UNIDO

O Reino Unido assinou recentemente acordos com a Austrália e a Nova Zelândia e iniciou o processo de adesão ao Acordo Global e Progressivo de Parceria Transpacífico (CP-TPP). Estes acordos poderão ter um impacto nas oportunidades de exportação da UE para os mercados britânicos de produtos agroalimentares, nomeadamente carne de bovino e de ovino.

A agenda comercial do Reino Unido resultaria em alguns pequenos impactos negativos nas exportações agroalimentares da UE no seu conjunto, mas significativos para alguns sectores sensíveis. No entanto, este efeito negativo pode ser atenuado pelos ACL da UE, nomeadamente no âmbito de uma abordagem de liberalização ambiciosa.

O impacto positivo na balança comercial da UE decorrente dos 10 ACL supera as perdas decorrentes da agenda comercial do Reino Unido no cenário ambicioso, mantendo uma balança comercial positiva (40 milhões de euros). No cenário conservador, o saldo comercial positivo dos 10 ACL não compensará totalmente o impacto da agenda comercial do Reino Unido e o resultado combinado na balança comercial será negativo (-213 milhões de euros).

Assim, ao adotar uma abordagem ambiciosa em matéria de ACL, a UE pode compensar melhor o pequeno défice comercial gerado pela agenda comercial do Reino Unido, abrindo oportunidades de mercado noutros países.

O estudo pode ser consultado em https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/ handle/JRC135540.

Vem acompanhado por uma série de infográficos que permitem visualizar facilmente as diferenças entre os cenários

https://datam.jrc.ec.europa.eu/datam/mashup/ FTA 2024/index.html

Sendo sem dúvida um estudo muito interessante e pertinente, é também impiedoso, dando prioridade à tão badalada "big picture" em prejuízo das realidades da atividade agroalimentar na União Europeia e seus Estados-Membros. É impossível olhar só para o exterior e para as relações comerciais sem contextualizar e contabilizar os desenvolvimentos e alargamento da própria União e seu impacto até 2032.



COOPQUER COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ALENQUER

TEXT0

PAULO MARQUES

€ CONFAGRI

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

COOPOUER - COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ALENOUER

[CONTACTOS]

Av. Jaime Ferreira, 6 a 14 - 2º Dtº 2580-388 ALFNOUFR Telefone: +351 263 732 329

E-mail: geral@coopquer.pt



1. SEDE DA COOPERATIVA

COOPQUER - Cooperativa Agrícola de Alenguer, CRL, foi fundada em 1982, mas com origens que remontam à década de 50. Criada pelos agricultores da Cooperativa de Alenquer e do extinto Grémio da Lavoura, a COOPQUER tem sua sede na vila de Alenguer, servindo não só este concelho mas também os limítrofes e o concelho de Ferreira do

Com 1163 sócios, a Cooperativa tem como

objetivos estratégicos a defesa dos interesses dos associados, o fomento técnico e económico das explorações, o aumento da competitividade do sector agrícola da região, a revitalização das zonas rurais, o reforço do potencial humano através da qualificação da população rural, e a contribuição para a preservação do meio ambiente.

No concelho de Alenquer, existem aproximadamente 423 explorações e 2763 hectares de matas e florestas sem culturas

sob coberto. As principais atividades da COOPQUER abrangem a vinha, prados temporários, culturas forrageiras (criação de gado, regime de pousio) e cereais (sobretudo grão). Predominam as culturas extensivas e de sequeiro, representando as zonas da Merceana, Labrugeira e Olhalvo cerca de 20% a 25% da produção de vinho da região Oeste. A produção pecuária foca-se essencialmente na criação de aves e coelhos e a silvicultura representa cerca de 15% da superfície agrícola total.



2. JOÃO CARREIRA – VICE PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COOPOUER

Entrevista com João Carreira

A cooperativa Agrícola de Alenquer – COOPQUER foi constituída em 1982 possuindo um forte enraizamento na sua região. Como avalia o papel desempenhado pela Cooperativa na sua área social?

A COOPQUER pretende ser um verdadeiro motor do desenvolvimento rural da região, promovendo a sustentabilidade económica e social das áreas agrícolas. Ao fornecer suporte e oportunidades aos agricultores locais, ela contribui diretamente para o crescimento e a estabilidade da região. Uma das características da cooperativa é a sua proximidade geográfica e relacional com os associados, que permite uma comunicação direta e eficaz, e correspondendo às suas necessidades específicas de forma adequada e personalizada.

Neste âmbito, a COOPQUER disponibiliza uma vasta gama de serviços técnicos e administrativos, muitos dos quais são delegados pelas entidades oficiais. Isto evita que os associados tenham que realizar grandes deslocações em busca desses serviços, garantindo-lhes acesso rápido e eficaz. Devido à fragilidade do sector agrícola, a COOPQUER presta, ainda, inúmeros serviços "pro bono" em benefício dos seus associados. Estes serviços, embora essenciais para a comunidade, exigem, muitas vezes, longos períodos de atendimento sem retribuição económica, o que pode influenciar negativamente os

resultados financeiros da Cooperativa. Mas mesmo diante dos desafios financeiros, a COOPQUER continua a ser uma força vital que impulsiona o progresso e a coesão do mundo rural da região.

A Cooperativa leva a cabo uma ação essencial de apoio à atividade agrícola na região. Através das suas secções, que atividades e serviços a COOPQUER presta e coloca à disposição de todos os seus associados?

A COOPQUER presta uma variedade de atividades e serviços, que incluem:

1 - Assistência Técnica e Consultoria: Prestamos serviços administrativos de apoio ao agricultor em diversas entidades (DRAP, ARH, IVV, SNIRA), assistência nas candidaturas aos regimes de apoio direto da Política Agrícola Comum, assistência técnica no âmbito dos ecorregimes, aumento da eficiência de Produção, qualidade dos produtos e práticas agrícolas sustentáveis, e desenvolvimento de serviços técnicos de valor acrescentado, como a produção pecuária extensiva. A COOPQUER é também entidade parceira da CONFAGRI no Serviço de Aconselhamento Agrícola e Florestal (SAAF).

2 - Desenvolvimento de Projetos de Investimento e Licenciamento: Elaboramos projetos agrícolas e pecuários e gerimos processos de licenciamento pecuário (REAP), recursos hídricos e transportadores de animais.

3 - Formação e Capacitação: Realizamos formação profissional em parceria com a CONFAGRI, no âmbito do Programa Pessoas 2030, e promovemos a capacitação dos associados através de seminários, palestras e cursos práticos.

4 - Atividades Veterinárias e Sanitárias: Apoiamos o desenvolvimento de ações de controlo para a prevenção de doenças do Programa Nacional de Saúde Animal. A COOPQUER, com a sua atividade de apoio, promove uma agricultura eficiente, sustentável e com segurança alimentar, contribuindo significativamente para a preservação da paisagem, do solo e da água, e para o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus associados.

Quais são as culturas e atividades agrícolas mais representativas dentro da cooperativa e como avalia o estado atual das atividades que a Cooperativa representa?

A COOPQUER, no concelho de Alenquer, abrange duas vertentes agrícolas principais: a viticultura profissional, reconhecida pela produção de vinhos de alta qualidade,

PORTUGAL CONTINENTAL





SAIBA MAIS SOBRE A COOPQUER – COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ALENQUER



e a agricultura familiar, essencial para a subsistência e conservação da paisagem rural. A viticultura enfrenta desafios como a necessidade de autorizações anuais para plantação, custos crescentes de produção, volatilidade dos preços, escassez de mão de obra, e pressões crescentes para adoção de práticas sustentáveis que podem criar dificuldades de mercado e regulatórias, bem como a importação significativa de vinho de Espanha, apesar de Portugal ser um país excedentário em vinho.

No âmbito da agricultura familiar, é vital o esforço conjunto do governo, organizações da sociedade civil e da própria comunidade para reconhecer e valorizar este sector, garantindo o seu desenvolvimento sustentável. Políticas públicas que promovam a inclusão destes agricultores em programas de apoio, acesso a crédito, assistência técnica e mercados justos são





3. DEPARTAMENTO TÉCNICO DA COOPQUER: TELMA CAMILO, ANA CARREIRA E TERESA BRAY.

fundamentais. Incentivar a participação dos jovens na agricultura familiar é crucial para a sucessão geracional e inovação do sector. Além disso, são necessárias campanhas de consciencialização para alterar a perceção pública sobre o papel dos agricultores familiares, assegurando a sua continuidade e impacto positivo na comunidade.

Que investimentos realizados pela Cooperativa mais gostaria de destacar?

Entre os investimentos da COOPQUER destaca-se, em 2023, a requalificação da sede da COOPQUER. Esta requalificação visou não apenas melhorar a infraestrutura física, mas também aprimorar os processos internos e consequentemente os resultados da Cooperativa e traduziu-se na criação de três gabinetes para os técnicos, permitindo um atendimento mais personalizado e eficaz, num gabinete para a administração, num gabinete/arquivo e numa sala de apoio aos serviços veterinários (receção e armazenamento de sangue para análise).

A COOPQUER possui igualmente parcerias e participa em diversas iniciativas com o intuito de promover a dinamização e desenvolvimento do sector agrícola. Gostaria de nos falar um pouco sobre isso?

No cenário empresarial atual, considero que estabelecer parcerias estratégicas com outras entidades, sejam elas públicas ou privadas, é fundamental para impulsionar a dinamização e desenvolvimento do sector. Entre as parcerias significativas, destaco: - UNICARO: Uma cooperação notável de longa data com a União de Cooperativas Agrícolas do Ribatejo e Oeste, que combina recursos, conhecimentos e tecnologias para promover o desenvolvimento do sector agrícola, melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais, a preservação ambiental e a segurança alimentar. Um projeto de destaque é o fornecimento de produtos hortofrutícolas no âmbito do regime de fruta escolar, essencial para promover hábitos

alimentares saudáveis entre os jovens alunos do 1º ciclo do ensino básico e às crianças da educação pré-escolar.

- Câmara Municipal de Alenquer - Desenvolvimento de importantes Projetos conjuntos de cariz social e em prol do desenvolvimento rural da região. Destaco a realização de um seminário sobre o "Plano Estratégico da PAC 2023-2027" com a presença de figuras importantes do Ministério da Agricultura e da CONFAGRI, com a presença de mais de 100 agricultores.

Dada a importância destas iniciativas para o desenvolvimento sustentável do sector agrícola da região, para 2024, a COOP-QUER planeia realizar uma iniciativa sobre "Prática de uma agricultura sustentável -Produção Biológica e Produção Integrada", contando novamente com a participação da CONFAGRI

- Cooperativa Agrícola do Sobral de Monte Agraço - Embora a formação profissional seja o foco principal da relação entre as duas entidades, esta vai muito, além disso, com a partilha constante de conhecimentos e recursos:
- Câmara Municipal do Sobral de Monte Agraço no âmbito do "Regime de Fruta Escolar":
- Câmara Municipal de Cascais no âmbito da formação profissional.

Existe também uma aposta muito forte da **COOPQUER** na Formação Profissional?

Na área de atuação da COOPQUER, caracterizada por uma população envelhecida e pouco qualificada e pelo aparecimento de um crescente número de iovens agricultores sem nenhuma ligação à terra, a formação profissional é fundamental para garantir a sustentabilidade, a eficiência e a competitividade do sector agrícola num cenário de rápida evolução tecnológica e desafios ambientais crescentes.

Desde 1991, a Cooperativa tem sido promotora de um ambicioso projeto de formação, com uma oferta muito diversificada,

disponibilizando desde cursos básicos a especializados, focados no desenvolvimento de competências adaptativas dos agricultores a um mercado em evolução. O impacto deste projeto é notável, e o seu sucesso é indiscutível, com centenas de ações formativas realizadas e milhares de agricultores beneficiados com novas competências e aptidões ampliadas, que resultam numa maior eficácia e sucesso no desempenho das suas atividades.

Inicialmente voltada apenas para associados, a formação expandiu-se através de parcerias com entidades públicas (Câmara Municipais) e privadas (Cooperativas), ampliando o alcance e capacitando um número maior de pessoas para o desenvolvimento sustentável da agricultura.

É importante deixar aqui presente que esta dinâmica assenta essencialmente no sucesso do protocolo estabelecido entre a COOPQUER e a CONFAGRI no âmbito da formação profissional, do qual advêm resultados positivos e muito satisfatórios para ambas as partes. Exemplo bem elucidativo foi a atribuição pela CONFAGRI, em 2023, após a COOPQUER ter realizado na íntegra o volume de formação estabelecido para o período 2022-2023 de mais 3 ações de formação, cada uma com duração de 50

Qual é a sua visão sobre o impacto do Programa Estratégico da PAC (PEPAC) na agricultura local? Há algum aspeto do programa que gostasse de ver melhorado ou modificado?

A entrada do novo quadro comunitário trouxe grandes expetativas de renovação aos nossos agricultores e técnicos da região, nomeadamente no âmbito da abertura de novas candidaturas às medidas de Produção Integrada e Agricultura Biológica. Estas medidas, principalmente a Produção Integrada, são praticadas incondicionalmente pelos nossos agricultores, no entanto, acarretam custos adicionais que, com base

no "Princípio do Utilizador-Pagador", são da responsabilidade de todos nós. Daí a importância da criação de ajudas justas e eficientes.

A passagem destas medidas do II Pilar, caraterizado pela sua flexibilidade financeira, para o I Pilar, cujo pacote financeiro é fixo, causou-nos desde logo uma apreensão negativa relativamente ao futuro, que se confirmou logo no 1.º ano com a dotação disponível a não ser suficiente para realizar na íntegra os pagamentos destas medidas. Temos que ter presente que, os agricultores são empresários e que, para desenvolverem esta abordagem, fazem uma gestão que envolve planeamento estratégico e gestão dos recursos humanos e financeiros. Assim, como é óbvio, a eficácia desta abordagem cai por terra se os agricultores não souberem qual o valor anual que lhes será atribuído. por este estar condicionado pelo número de agricultores que se candidata nesse ano. É por demais evidente que para a agricultura ser uma atividade profissional competitiva e sustentável, os agricultores têm que ter ao seu dispor um orçamento anual claro e bem estruturado que lhes proporcione recursos e flexibilidade para enfrentar os desafios e as oportunidades de crescimento.

Durante os diversos contextos de crise que temos atravessado e que estamos a atravessar, a agricultura tem demonstrado o papel estratégico extremamente importante que pode desempenhar na economia nacional. Está na altura de assumir a agricultura como o Desígnio Nacional por excelência?

Há muito que esta é a nossa posição. A crise provocada pela pandemia e a guerra, mostrou a vulnerabilidade do sistema agroalimentar e consequentemente a importância da agricultura e dos agricultores para garantir a soberania alimentar. Mas o papel da agricultura vai além da satisfação das necessidades alimentares das populações. Tem também um papel crucial na sustentabilidade ambiental e ruralidade.

A relação entre ruralidade e turismo em Portugal é uma dinâmica importante que tem sido cada vez mais explorada, mas não nos podemos esquecer que a ruralidade só existe "bonitinha e arrumada" porque os agricultores assim o permitem. É importante a valorização do papel da agricultura, não apenas pelo seu impacto no Produto Interno Bruto (PIB), mas pela sua crucial importância para a soberania alimentar e manutenção dos recursos naturais.

Considero, ainda, muito importante ter presente que no mundo rural coexistem,

terras agrícolas, matas e florestas e que todas elas dão o seu contributo para o desenvolvimento sustentável do mundo rural. E que assim sendo, estratégias, como as adotadas pelo anterior governo, de transferir as florestas para a alçada do Ministério do Ambiente são extremamente negativas uma vez que não podemos reconhecer. nas florestas, apenas a função ambiental, sendo importante valorizar o seu desenvolvimento produtivo, caso contrário teremos cada vez mais terrenos abandonados e a propagação de incêndios florestais.

Posto isto, reitero enfaticamente que a agricultura merece ser encarada como um desígnio nacional de excelência, em pé de igualdade com o turismo. Devemos lembrar que os turistas não procuram apenas praias. Ambos os sectores têm um papel vital no desenvolvimento económico e na promoção do património nacional.

O Sector Cooperativo terá igualmente um papel fundamental a desempenhar?

Fortalecer o sector cooperativo não apenas aumenta o poder dos agricultores, mas também pode contribuir para uma agricultura mais justa, sustentável e resiliente, especialmente face a desafios como a especulação de precos e o controlo do mercado por empresas privadas. Um excelente exemplo elucidativo são os pequenos produtores pecuários. Caso não existissem as Organizações de Produtores Pecuários, os pequenos produtores estariam dependentes das empresas privadas para poderem movimentar, sanear e abater os seus animais, o que tornaria a sua atividade insustentável economicamente. Nenhuma empresa aceitaria percorrer 50Km para fazer 5 animais, ou se o fizesse seria a um custo incomportável. Mais, com o encerramento das Direções Regionais e com as políticas agrícolas cada vez mais complexas e exigentes, os agricultores, contrariamente ao que seria suposto com a modernização da plataforma digital do IFAP, estão cada vez mais dependentes da assistência proporcionada pelas Cooperativas e Associações para o cumprimento da imensidade de requisitos legais e de gestão que lhe são impostos. Portanto, investir no fortalecimento do sector cooperativo é essencial para promover uma agricultura mais inclusiva, justa e sustentável.

Como avalia o papel desempenhado pela CONFAGRI e a relação que a COOPQUER mantém com a Confederação?

As duas entidades têm ao longo dos anos estreitado os laços e as relações profissionais

no âmbito da formação profissional, apoio técnico remoto e divulgação de informação no âmbito das políticas agrícolas que orientam a linha de ação da Cooperativa. Nesta parceria estratégica foi adotada uma abordagem participativa, o que tem permitido que a parceria seja bem-sucedida, pois permite que ambas as partes aproveitem ao máximo os recursos disponíveis e combinem as suas aptidões e conhecimentos para alcancar o objetivo compartilhado. Diante disso, comprometemo-nos a desenvolver todos os esforços necessários para garantir a continuidade do sucesso desta parceria.

Que mensagem gostaria de deixar a todos os associados e população de uma maneira geral?

Neste momento, em que enfrentamos enormes desafios e oportunidades, é crucial estabelecer-se, em prol da qualidade e segurança alimentar, uma estratégia concertada entre agricultores, associações e a população em geral. Como agricultores, associações e membros ativos da comunidade, temos o poder e a responsabilidade de garantir que os alimentos que chegam às mesas de nossas famílias sejam de qualidade superior e seguros para o consumo.

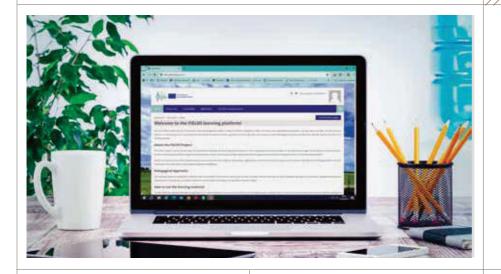
Perante os agricultores que desempenham um papel vital na produção de alimentos de qualidade, cultivando com cuidado e dedicação, a Cooperativa assume aqui a responsabilidade de os apoiar no cumprimento da legislação, na promoção de práticas sustentáveis e na disseminação de conhecimento sobre segurança alimentar. À população em geral desejo recordar o elevado nível técnico dos agricultores portugueses e a qualidade dos seus produtos. Que ao reconhecerem o mérito e dignidade da atividade agrícola estão a valorizar os agricultores, mas também a importância fundamental da segurança alimentar e da sustentabilidade ambiental.

É importante ter consciência que a agricultura não é apenas uma profissão, mas uma vocação que requer habilidades técnicas, conhecimento especializado e um compromisso incansável com a terra e os recursos naturais. Os agricultores enfrentam desafios diários, desde condições climáticas imprevisíveis até questões de mercado e regulamentações, e ainda assim continuam a produzir alimentos de alta qualidade para a população. Mais, que ao optarem por produtos locais e sazonais estão a reduzir significativamente a pegada carbónica dos produtos agrícolas, contribuindo para um ambiente mais saudável e sustentável.

PROJETO FIELDS DISPONIBILIZA CONTEÚDOS FORMATIVOS GRATUITOS DIRECIONADOS AOS SECTORES AGRÍCOLA. ALIMENTAR E FLORESTAL

AUTORES: ANA RAMALHO¹, LUÍS MAYOR¹, SARA BARBOSA¹ E DOMINGOS GODINHO²

1 SEKI-FOOD ASSOCIATION 2 CONEAGRI





Projeto FIELDS, projeto ERASMUS+ financiado pela UE, que conta com 30 organizações parceiras de 12 países da União Europeia, entre as quais a CONFAGRI, identificou algumas necessidades em competências laborais dos trabalhadores dos sectores agrícola, alimentar e florestal e, procurando colmatar essas lacunas, desenvolveu conteúdos formativos que estão disponíveis gratuitamente no site do projeto.

A agricultura europeia enfrenta diversos desafios, a política alimentar 2030 evidencia a vulnerabilidade da produção agrícola devido à globalização dos mercados, ao aumento da concorrência, à volatilidade dos precos e à incerteza económica a par da baixa produtividade incremental das culturas. Estas vulnerabilidades são acentuadas pelo aumento da procura de alimentos e rações para animais, enquanto as preocupações ambientais e as alterações climáticas geram mais incertezas. Passar da agricultura convencional para uma agricultura mais sustentável é um processo complexo que requer uma abordagem sistémica, incluindo a reformulação do papel do agricultor:

de um mero produtor de alimentos e matérias-primas, para um "gestor bem preparado do capital natural".

O projeto FIELDS vem dar resposta a uma ação estratégica da União Europeia para promover a formação e atualizar as competências e as habilitações dos profissionais nos sectores Agrícola, Alimentar e Florestal. Estes são sectores que necessitam de maior resiliência face às alterações climáticas e sofrem forte pressão para tornar os seus produtos e processos mais sustentáveis, para aumentarem a circularidade de matérias e subprodutos e disponibilizarem informação dentro de complexas cadeias de distribuição. Esta conjuntura apresenta desafios, mas também novas oportunidades de crescimento e evolução. Neste sentido, as áreas identificadas como as mais relevantes para serem trabalhadas e desenvolvidas no projeto FIELDS foram a bioeconomia, a sustentabilidade, a digitalização, competências interpessoais (soft skills) e negócio/ empreendedorismo.

O projeto começou por fazer um levantamento de necessidades em novas

competências necessárias no mercado de trabalho e que não estivessem a ser totalmente supridas por entidades formativas e de ensino, nos diversos países considerados no projeto. Posteriormente, as necessidades em competências relevantes para os profissionais de cada sector foram exploradas realizando grupos focais com especialistas das diversas áreas em dez países (Alemanha, Áustria, Eslovénia, Espanha/ Portugal, França, Grécia, Itália, Irlanda, Países Baixos) e utilizando um abrangente questionário lançado a nível Europeu.

Após este exaustivo levantamento preliminar, um grupo de trabalho multidisciplinar desenhou e desenvolveu materiais educativos, adaptados ao Quadro Europeu de Qualificações (EQF) 4 e 5 nas áreas acimas referidas. Todos os materiais desenvolvidos são de livre acesso e gratuitos, estando online em https://fields.learnskills.ie/login/index. php. Consultores, formadores ou professores poderão descarregar os materiais disponibilizados e adaptá-los ao seu público-alvo, região de atividade ou sector de produção.

PEDIDO ÚNICO'24



CANDIDATURAS PRORROGADAS

NOVA DATA

ATÉ 14 DE JUNHO

Para submeter com sucesso a sua candidatura, verifique se tem atualizada no IFAP toda a informação de Beneficiário (IB) e da sua Exploração, especificamente as suas parcelas (SIP) e, se for o caso, os seus animais (SNIRA).

Candidate-se diretamente na Área Reservada do Portal do IFAP ou através das Entidades reconhecidas, numa das Salas de Atendimento existentes para o efeito.

Não se atrase, evite os constrangimentos de final de prazo!









PROJETO FIELDS: UNIVERSIDADE DE CASTILLA-LA-MACHA E CONFAGRI PROMOVERAM O CURSO "ORIENTAÇÕES PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DA REGA FACE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS"

TFXTO

DOMINGOS GODINHO



Universidade de Castilla-La-Macha em parceria com a CONFAGRI promoveram o curso "Orientações para a gestão sustentável da rega face às alterações climáticas", no âmbito do projeto FIELDS. O curso despertou enorme interesse, tendo participado 130 formandos de 9 países.

O curso de especialização foi ministrado pelo grupo da Universidade de Castilla--La-Mancha (UCLM) que participa no projeto Erasmus+ FIELDS (https://www. erasmus-fields.eu/), tendo a CONFAGRI assumido a coordenação das atividades realizadas em Portugal, bem como a divulgação do curso e a organização das sessões práticas.

Participaram no curso 130 formandos (90 de Portugal, 27 de Espanha e 13 da Argentina, Brasil, Equador, Honduras, México, Peru e Venezuela), maioritariamente técnicos e agricultores ligados ao sector da rega, interessados em melhorar os seus conhecimentos na conceção, manuseamento e gestão dos diferentes sistemas de rega por aspersão e gota-a-gota, bem como na fertilização. O curso tratou temas como: projetar instalações de rega, programação da rega para maximizar a produtividade agronómica (rendimento) e económica (margem bruta) da água de rega, incluindo a rega deficitária controlada por fases em árvores de fruto (vinha, amendoeira, pistácio, oliveira...), avaliação, manutenção e conservação das instalações, com avaliações de campo dos sistemas de rega para determinar a uniformidade da rega e dos fertilizantes aplicados, bem como a procura de soluções para os problemas encontrados.

Após cada um dos 16 módulos, os participantes efetuaram um teste de avaliação dos conteúdos, tendo também manifestado um elevado grau de satisfação com os mesmos. Foi por isso um curso exigente

para os formandos, mas considerando o feedback, muito útil para os mesmos. O curso decorreu em formato BLearning, com 54 horas síncronas em regime online e 15 horas práticas em regime presencial. Foram feitas sessões práticas em Espanha (Albacete) e em Portugal (Barcelos). Nas sessões práticas realizadas em Barcelos, contámos com a colaboração da Cooperativa Agrícola de Barcelos na organização, tendo as sessões práticas e de campo sido ministradas pelos excelentes docentes da Universidade de Castilla-La-Mancha.

As 90 inscrições que surgiram em Portugal para frequentar este curso, mostram o interesse no tema, bem como a falta de oferta em Portugal. Salientamos ainda o excelente feedback dos formandos relativamente ao currículo, aos materiais de formação e à grande qualidade dos docentes da Universidade de Castilla--La-Mancha.



1. FORMANDO E FORMADORES DURANTE A SESSÃO PRÁTICA DO CURSO



2. FORMANDO E FORMADORES DURANTE A SESSÃO PRÁTICA DO CURSO



3 FORMADOR DA LINIVERSIDADE CASTILLA- LA-MANCHA NA SALA DE FORMAÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE BARCELOS.

CONFAGRI ABRE DELEGAÇÃO EM SANTARÉM

o passado mês de abril, a CONFAGRI abriu uma Delegação em Santarém, no espaço da Casa do Campino, para apoiar a agricultura regional. Com a abertura do seu gabinete de apoio na Casa do Campino, em Santarém, a CONFAGRI pretende apoiar e fortalecer ainda mais o sector agrícola regional, com a experiência e o compromisso da maior rede de apoio aos agricultores e à agricultura portuguesa.

No Gabinete, a Confederação irá prestar um conjunto variado de serviços para a modernização e sustentabilidade do sector agrícola em termos regionais, e que vão desde a formalização de candidaturas aos apoios previstos no âmbito da Política Agrícola Comum, registo de animais e licenciamento pecuário, aconselhamento agrícola e florestal, desenvolvimento de projetos de investimento e formação profissional.

A CONFAGRI tem hoje a maior rede de apoio aos agricultores e à agricultura portuguesa, tendo um papel de destaque ao nível do acompanhamento e implementação das várias políticas e instrumentos financeiros no sector agroalimentar.

CONTE COM O APOIO DA CONFAGRI E ENTRE EM CONTACTO:

Email: santarem@confagri.pt Telefone: 964 248 013

Localização: Casa do Campino - Santarém





BE STRONG, BE KUHN



SEMEADOR MONOGÃO MAXIMA 3



JUNTADOR DE FENOS



GADANHEIRA LIFT CONTROL





- M. Edifício Auto Industrial | Estrada da Circunvalação | 2794-065 Carnaxide
- T. +351 210 009 771
- E. divagricola@auto.industrial.pt
- W. divisaoagricola.autoindustrial.pt



O SECTOR VITIVINÍCOLA EM ANÁLISE: CONTRACICLO E ADEGAS CHEIAS

Em 2023, o sector vitivinícola a nível mundial enfrentou desafios significativos. Um estudo recente da FENADEGAS destaca que as Adegas Cooperativas de Portugal, responsáveis por cerca de 35% da produção nacional de vinho, acumulam atualmente mais de 50 milhões de litros de excedentes. Este excesso precisa de ser retirado rapidamente do mercado para garantir uma injeção de capital a curto prazo, estabilizar os preços das uvas para os viticultores e permitir o armazenamento do vinho da próxima vindima.



esse sentido, analisando o consumo global de vinho em 2023, o mesmo está estimado em 221 milhões de hectolitros (Mhl), indicando uma diminuição de 2,6% em comparação com os valores já baixos de 2022.

O aumento dos custos de produção e distribuição, impulsionado por pressões inflacionistas, levou a preços mais elevados do vinho para os consumidores, que já enfrentavam uma diminuição do poder de compra. Apesar destes desafios, alguns mercados importantes demonstraram resiliência.

Superfície de vinha:

A superfície de vinha a nível mundial continuou a diminuir, diminuindo 0,5% em 2022, para 7,2 milhões de hectares. Esta tendência, observada pelo terceiro ano consecutivo, foi impulsionada pela

remoção de vinhas nas principais regiões vitivinícolas (incluindo todos os tipos de uvas) em ambos os hemisférios.

A tendência de decréscimo tem-se verificado tanto na produção de vinho, como de uvas de mesa/uvas secas.

Além disso, a superfície vitícola da China, que tem sido um dos principais motores do crescimento da vinha mundial entre 2012 e 2020, estabilizou a partir de 2020. Em 2023, a superfície vitícola mundial é de 7,2 milhões de hectares, registando uma ligeira diminuição de 0,5% em relação a 2022, ocupando Portugal o 9º lugar. A tendência é atribuída a uma redução da superfície vitícola nos principais países produtores de vinha em ambos os hemis-

Produção de vinho:

Condições climáticas extremas e doenças fúngicas generalizadas afetaram severamente muitas vinhas em todo o mundo, culminando numa produção global de vinho historicamente baixa de 237 milhões de hectolitros. Isto marcou uma queda de 10% em relação a 2022 e representou a produção mais baixa desde 1961.

férios, com apenas algumas exceções.

A Itália, o segundo maior país produtor de vinho a nível mundial, enfrentou níveis de produção historicamente baixos em 2023. com uma diminuição notável de 23,2%, totalizando 38,3 milhões de hectolitros. Isto marca a menor produção desde 1950, atribuída às fortes chuvas que promovem o míldio nas regiões centro e sul, juntamente com inundações e granizo. A França, maior produtor mundial de vinho em 2023, atingiu um volume estimado de 48 Mhl, representando 20% do total global. Notavelmente, este número não é apenas 4,4% superior ao de 2022, mas também excede a média dos últimos cinco anos do país em 8,3%.

A produção vinificada na UE em 2023 é estimada em 144,5 Mhl, o que representa uma queda acentuada de 10,6% (17 Mhl) em relação a 2022. Isto coloca-a como o segundo volume de produção mais baixo registado desde o início do século, atrás apenas de 2017.

Comércio internacional de vinho:

O comércio internacional de vinho em 2023 também foi significativamente afetado pelo aumento dos preços. Embora o volume total de vinho exportado tenha diminuído para 99 milhões de hectolitros, isso foi compensado por um elevado valor de exportação, que atingiu 36 mil milhões de euros.

O preço médio do litro do vinho de exportação atingiu um máximo histórico de 3,62 euros por litro.

Em 2023, os baixos volumes de produção no Hemisfério Sul, os elevados preços médios de exportação e o enfraquecimento da procura internacional impactaram significativamente o volume global de exportação de vinho, que diminuiu 6,3% para 99,3 Mhl, o mais baixo registado desde 2010.

Este desempenho resiliente é atribuído a um preco médio de exportação significativamente elevado de 3.62 EUR/I. marcando um aumento de 2% em comparação com 2022.

Contudo, é importante notar que este aumento acentuado dos preços decorre principalmente de custos mais elevados incorridos pelos produtores, importadores e distribuidores, uma consequência direta das pressões inflacionistas globais.

Os três países que mais contribuem para a diminuição do valor das exportações globais, em comparação com 2022, são o Chile (-0,4 mil milhões de euros), a França (-0,3 mil milhões de euros) apesar de uma diminuição de 4,7% em comparação com o máximo e os EUA (-0,3 mil milhões de euros).

CASO DE PORTUGAL

O consumo mundial de vinho apresenta uma tendência de diminuição que se tem acentuado desde 2017, voltando em 2023 a cair cerca de 2,6%. Ao mesmo tempo, apesar das oscilações naturais, a produção mundial de vinho voltou a cair, mantendo--se a linha de tendência de diminuição de produção em perfeito declínio.

Menor produção de vinho a nível mundial, numa fase em que o consumo continua a cair, não seria dramático, não fosse o facto de Portugal, em perfeito contraciclo, ter aumentado a sua produção em quase 10% face ao ano anterior, ou seja, em mais de 75 Milhões de litros.

O recente estudo elaborado pela FENA-DEGAS, revela que só nas Adegas Cooperativas de Portugal, que representam cerca de 35% da produção nacional de vinho, apresentam neste momento mais de 50 Milhões de litros de excedentes, que necessitam de ser rapidamente retirados do mercado através de uma operação que garanta a curto prazo uma injeção de capital no sector e retire os excedentes, contribuindo assim para a manutenção dos já baixos preços pagos pelas uvas aos viticultores e permita armazenar o vinho da próxima vindima.

A pouco mais de 3 meses da próxima colheita, que se "mostra" novamente abundante, os produtores começam a deitar as mãos à cabeça porque não sabem onde vão colocar a sua produção de uvas. Na colheita de 2023, vimos Adegas sem capacidade para receber as uvas dos seus cooperantes e este ano, se nada for feito, o cenário será ainda mais penoso. Numa visão holística sobre a crise que se avizinha para o sector vitivinícola, os decisores responsáveis, devem tomar decisões urgentes firmes e assertivas para contrariar a tendência.

Ou seja, no imediato, a totalidade dos excessos de stocks de vinho devem ser retirados do mercado através de uma destilação de crise, fazendo um "reset" às existências excessivas e ao mesmo tempo injetando capital no sector, permitindo aliviar de forma rápida e eficiente a tesouraria dos produtores em dificuldades, sem aumentar o grau de endividamento bancário.

No médio prazo, devemos desenvolver um conjunto de medidas que garantam o equilíbrio entre a produção e venda dos vinhos produzidos, nomeadamente repensar a redução e adaptação da oferta através do abrandamento na atribuição de Novas Autorizações de Plantação de Vinha (NAP), apoiar a vindima em verde e diminuir as importações de vinho a granel. Por outro lado, mantem-se a necessidade de apoio à promoção e uma maior investida quer na consolidação dos mercados existentes quer na procura de novos mercados.

Estas medidas, indiretamente vão também contribuir para o fortalecimento das Adegas Cooperativas que têm uma importância relevante como elemento agregador de pessoas nos territórios de baixa densidade, manutenção do mosaico agroflorestal e garante da sustentabilidade de várias famílias. Estas são muitas vezes única fonte de receita para os viticultores de pequena dimensão, especialmente nos territórios de minifúndio, desempenhando um papel preponderante no domínio económico-social da região onde estão inseridas, pois têm sobre o seu "chapéu", não só os seus associados como muitas das vezes a dependência das suas famílias. A produção de vinhos das Adegas Cooperativas não é deslocalizavél, havendo nas suas áreas de influência uma garantia de sustentabilidade da manutenção dos territórios de baixa densidade.

OIV Relatório do estado mundial do sector da vinha e do vinho em 2023



ENTREVISTA COMOMINISTRO DA **AGRICULTURA** E PESCAS, **JOSÉ MANUEL FERNANDES**

1. MINISTRO DA AGRICULTURA E PESCAS, JOSÉ MANUEL FERNANDES

a presente edição da revista Espaço Rural da CONFAGRI, temos o prazer de apresentar uma entrevista com o novo Ministro da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes. Assumindo o cargo num período decisivo para o sector agroalimentar, o Ministro aborda os desafios e as oportunidades que se apresentam para o sector. Esta conversa oferece uma visão abrangente das políticas e iniciativas do governo, destacando os desafios financeiros enfrentados pelos agricultores, a necessidade de reprogramação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), e as estratégias para promover a resiliência e adaptação às mudanças climáticas. Também discutiu o papel das Organizações de Produtores e Cooperativas na concentração da oferta e na capacitação do sector, além de destacar a importância de um plano nacional para o armazenamento e uso eficiente da água.

Convidamos os nossos leitores a explorar as ideias e propostas que moldarão o futuro da agricultura portuguesa.

Sr. Ministro, é um prazer tê-lo aqui na revista Espaço Rural da CONFAGRI para esta entrevista. Assumiu o cargo de Ministro da Agricultura e Pescas recentemente, num momento crucial para o sector agroalimentar português. Que desafios e oportunidades se apresentam neste novo ciclo?

O sector agrícola, florestal, pescas e agroalimentar representa cerca de 5,3% do PIB do nosso país (14 mil milhões de euros), segundo os dados provisórios do ano passado, e emprega 543 mil pessoas. Um número que corresponde a cerca de 11% da população empregada. Este é, por isso, um sector de importância vital na economia nacional!

Mas não fica só pelos números diretos, este sector tem um peso muito significativo na gastronomia, no turismo, na coesão territorial, na manutenção do espaço rural, com impactos económicos e sociais que vão para além dos que habitualmente se associam ao sector.

Assumimos o compromisso firme de dar relevância política e de valorizar e unir o sector da agricultura, florestas e pescas. Vamos agregar, dar força e eficiência ao Ministério como prova a reintegração das florestas.

Queremos ouvir e envolver os agricultores, os produtores florestais e os pescadores para em conjunto encontrarmos soluções para os problemas que os afetam.

O rateio no valor dos apoios de vários regimes ecológicos despertou, no início deste ano, o surgimento de diversos movimentos cívicos que apenas acalmaram com o anúncio de uma medida excecional que irá assegurar o pagamento dos montantes esperados pelos agricultores. Estes movimentos continuam ativos e na expectativa de decisões relativamente às candidaturas de 2024. Consegue assegurar aos agricultores que em 2024 também não irá existir rateio dos montantes?

O Governo tem como objetivo prioritário a melhoria dos rendimentos dos produtores, potenciando a utilização dos fundos da PAC. Só assim atraímos jovens e investimento para o sector, e contribuímos para uma maior soberania alimentar. É urgente devolver confiança, previsibilidade e regularidade, repondo a disciplina de pagamentos dos apoios públicos.

Por outro lado, defendemos o associativismo representativo como o canal de comunicação com o sector, de forma concertada e organizada. Seria impossível ouvir todas as opiniões isoladamente ou de forma desorganizada, e temos a convicção que as Confederações e Federações do sector fazem esse trabalho de casa, para trazer as principais propostas ao debate político.

Sobre os rateios nas medidas do Pedido Único (PU), sabemos o que se passou nas candidaturas 2023. Infelizmente a solução utilizada pelo anterior Governo só ficou prevista para aplicar para este ano. No entanto, o governo garante o pagamento integral dos montantes a que os agricultores têm direito também no PU2024.

Aprovaremos uma solução definitiva para os PU2025 e seguintes que resolva de uma vez por todas estas questões.

Defendeu uma reprogramação do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2023-2027). O que pretende fazer nesse sentido e qual a respetiva calendarização para tal?

O processo da 3.ª reprogramação do Plano Estratégico da PAC (PEPAC) está em preparação para ser entregue até 30 de junho à Comissão Europeia.

Foram recolhidas as várias propostas apresentadas pelas confederações da agricultura e estão a ser avaliados os seus impactos financeiros, elegibilidade, metas e indicadores.

Há uma linha orientadora neste governo para a simplificação dos procedimentos para os beneficiários que será refletida já nesta reprogramação.

Iremos analisar as propostas das confederações dos agricultores, e só depois de os ouvir e envolver é que avançaremos com a entrega de uma proposta de reprogramação à CE. Há propostas divergentes que devem ser debatidas para se chegar a um compromisso.

Temos de ter em conta que os prazos para este processo são muito curtos. Vamos acelerar para não comprometermos o bom



início da campanha do PU2025, e podermos ter regras conhecidas e preparadas com antecipação. A Comissão Europeia tem de aprovar a proposta, e para isso há um período de análise que temos de considerar. Vai ser necessário contar também com a capacidade de compromisso por parte das confederações para este processo decorrer com a rapidez necessária.

A maioria dos Estados-Membro está a apostar na transferência de verbas do I Pilar para o Desenvolvimento Rural para aumentar a resiliência do sector e para promover a sua adaptação às alterações climáticas. Estando Portugal na primeira linha dos países onde as alterações climáticas mais se farão sentir, para que finalidades devem ser priorizados os apoios da PAC?

Os objetivos da PAC em matéria ambiental e climática estão definidos, e Portugal fez a sua análise para a programação do PEPAC. O processo de reprogramação pretende simplificar, dar estabilidade aos agricultores e melhorar os seus rendimentos. Para combatermos as alterações climáticas não podemos recorrer apenas aos fundos da PAC. Na investigação temos de recorrer ao programa europeu de investigação Horizonte Europa. Os fundos da política de coesão, o Portugal 2030 também deverá contribuir para este objetivo. O orcamento de estado e o fundo ambiental também deverão contribuir para o combate às alterações climáticas.

O Programa do XXIV Governo, no que concerne à Agricultura e Florestas, menciona como objetivo o reforço do papel das Organizações de Produtores e das Cooperativas de forma a aumentar a concentração da oferta. Tendo em conta que a agricultura nacional é das mais envelhecidas da União Europeia, a agricultura familiar desempenha um papel crucial na economia e coesão social, e os preços dos fatores de produção e dos produtos agrícolas podem ser extremamente voláteis, que medidas prevê que possam vir a contribuir para a concretização deste obietivo, tendo em conta, também, o programa para o desenvolvimento e capacitação do sector cooperativo apresentado pela CONFAGRI.

A agricultura nacional enfrenta o desafio das alterações climáticas e as condicionantes do aumento dos custos de contexto. Acresce o facto de Portugal ser um Estado-Membro periférico, onde os custos de transporte são consideráveis.



2 MINISTRO DA AGRICULTURA E PESCAS INSÉ MANUEL FERNANDES

Para além disso, os nossos agricultores têm uma média de idades superior a 64 anos possuindo explorações de pequena e média dimensão. As especificidades do território serão tidas em conta na ação do nosso Ministério.

Na cadeia de valor defendemos o equilíbrio, o que significa que o agricultor tem de ser remunerado com precos justos. O papel da organização da produção, seja através de organizações de produtores ou das cooperativas, é fundamental para ir ao encontro desta realidade, por forma a ganhar dimensão e escala com a consequente melhoria da capacidade negocial, não só na comercialização dos produtos, mas também dos fatores de produção. As estruturas organizadas são também a

melhor forma de acolher jovens empresários no sector. Com a sua experiência podem aconselhar e orientar o investimento para as áreas mais deficitárias do mercado e ajudar com gestão, profissionalismo e formação. Acresce que estas estruturas organizadas estão presentes no território com um papel social importante e com um relevante apoio na dinamização de circuitos comerciais. É necessário capacitar as organizações da produção para que possam realizar esse papel de forma eficaz, de forma profissional. Nem todas estão no mesmo estado de maturidade, e é preciso identificar as necessidades de atuação para depois definir os instrumentos de estímulo a este processo.

Vamos simplificar, reduzir a burocracia, reforçar o apoio aos agricultores para melhorarmos os seus rendimentos. Os jovens terão medidas específicas que serão anunciadas em breve. Esta será uma forma de atrair jovens para este sector.

O governo garante o pagamento integral dos montantes a que os agricultores têm direito também no PU2024.

Aprovaremos uma solução definitiva para os PU2025 e seguintes que resolva de uma vez por todas estas questões.

Qual é o objetivo do Governo em termos do plano de armazenamento, abastecimento e uso eficiente de áqua, e do respetivo investimento a realizar no mesmo?

A água é um dos objetivos estratégicos do país, e o programa do governo reflete essa prioridade.

A estratégia passa por elaborar um plano nacional, que dê respostas às necessidades globais e transversais dos vários sectores económicos, face aos recursos disponíveis, atuais e futuros.

Em paralelo vamos concretizar um plano para o armazenamento e gestão eficiente da água para a agricultura, promovido pelo Ministério da Agricultura e das Pescas, que será articulado com o plano global. Queremos uma rede nacional interligada. E temos já trabalhos de base que podemos utilizar, para uma ação mais rápida. Por exemplo, vamos ter como base o estudo da EDIA "Regadio 20|30 - Levantamento do Potencial de Desenvolvimento do Regadio de Iniciativa Pública no Horizonte de uma Década." Avançaremos com obras que sejam tecnicamente viáveis e capazes de aumentar a capacidade de armazenamento e distribuição eficiente de água em Portugal.

Teremos os fundos europeus, programas como o InvestEU. instrumentos financeiros em colaboração com o BEI para financiar o Plano de armazenamento e abastecimento eficiente de água.

A imagem do sector agroalimentar é muitas vezes estigmatizada. Como tenciona promover uma visão mais positiva e reconhecer o papel vital que desempenha na nossa sociedade?

Os agricultores têm sido alvo de muitas

críticas e acusações, injustas e sem fundamentação, no que concerne ao respeito do ambiente.

Uma grande parte da agricultura tem uma base familiar onde a sustentabilidade é uma condição para que o saber e exploração agrícola sejam transmitidos de geração em geração. Os agricultores são os primeiros interessados na sustentabilidade e no combate às alterações climáticas.

Temos de combater o radicalismo verde que impede que se atinja os objetivos

climáticos a que nos comprometemos

Temos de estar atentos aos argumentos 'ambientais', que muitas vezes escondem outras agendas. Todos defendemos o bem-estar animal. Mas há quem o faça para tirar vantagem económica. Por exemplo, as regras de bem-estar animal que vão condicionar o transporte de animais vivos, e que implicam maiores custos para Estados-membros periféricos como Portugal.

Não é só a nível nacional que se verifica este problema, e assistimos a um descontentamento geral dos agricultores europeus por serem acusados de estragar o ambiente, quando estão a produzir alimentos e bens sociais e ambientais que beneficiam toda a população europeia. A Comissão Europeia reconheceu a necessidade de iniciar um diálogo construtivo com o sector para melhorar esta relação com a sociedade, e com os próprios instrumentos da política agrícola.

O governo considera que a agricultura é estruturante para Portugal. Vamos contribuir para valorizar e ganhar a confiança do sector. Temos de pensar numa estratégia de comunicação eficaz dos sectores agrícola, florestal e pescas que vise mostrar a sua importância económica, social e ambiental

Qual é a sua visão a longo prazo para a agricultura portuguesa? Como imagina o sector nos próximos anos? Quero melhorar o rendimento dos agricultores. É uma condição para o rejuvenescimento do sector e um meio para reduzirmos o défice da nossa balança agroalimentar. Temos de contribuir para a autonomia estratégica da UE. Os desafios das alterações climáticas implicam o investimento em investigação e inovação. Temos de investir num plano de abastecimento e distribuição eficiente da água. Para estes objetivos teremos fundos europeus e instrumentos financeiros, para além dos fundos da PAC. As especificidades do

nosso território têm de ser atendidas. A formação e o reforço de competências é uma condição para a modernização da agricultura, a agricultura de precisão e a utilização da inteligência artificial. A simplificação, a diminuição dos tempos de licenciamento, o combate ao fundamentalismo e radicalismo verde, são condições para termos sucesso. É nossa obrigação conseguir uma agricultura competitiva, sustentável e que contribua para a coesão social e territorial.



CONFAGRI MARCA PRESENÇA NA OVIBEJA E PROMOVE COLÓQUIO DEDICADO AO TEMA "COOPERATIVISMO AGRÍCOLA: UMA VISÃO IBÉRICA"





1. ORADORES DA MESA REDONDA DO COLÓQUIO

A CONFAGRI promoveu, com o apoio da ACOS, Associação de Agricultores do Sul, um Colóquio subordinado ao tema "Cooperativismo Agrícola: Uma Visão Ibérica", no dia 3 de maio, que reuniu aproximadamente 100 participantes entre Dirigentes, Técnicos e Agricultores e cujo objetivo principal passou não só por entender como se pode potencializar o sector agroalimentar ibérico no mercado europeu, mas sobretudo por proporcionar a oportunidade de partilhar experiências e melhores práticas na área do cooperativismo agroalimentar de forma a garantir o crescimento futuro das Cooperativas. Este evento decorreu no âmbito da realização da 40ª Edição da Feira OVIBEJA, que aconteceu no Parque de Feiras e Exposições Manuel de Castro Brito, de 30 de abril a 5 de maio.

sessão de abertura do Colóquio contou com a intervenção do Presidente da ACOS, Rui Garrido e do Presidente da Câmara Municipal de Beia, Paulo Arsénio.

Rui Garrido, Presidente da ACOS, agradeceu à CONFAGRI pelo empenho na realização desta iniciativa e pela escolha do tema. Referindo-se ao tema da 40ª edição da Ovibeja, a escolha recaiu sobre o associativismo porque, segundo Rui Garrido, é um tema que continua muito atual, "uma vez que existem inúmeras organizações que constituem bons exemplos e onde os agricultores se conseguem agrupar para ganhar escala e vender melhor os seus produtos". Segundo o responsável, "tem de haver uma relação

muito próxima entre os associados e as suas Associações e Cooperativas, e deve existir confiança nas suas organizações e nas pessoas que as dirigem".

Terminou agradecendo ao Presidente da CONFAGRI a dinâmica demonstrada pela Confederação, "em que se nota uma grande aproximação aos agricultores", destacando que a CONFAGRI "é de facto uma Confederação muito importante no nosso país e que tem de ser cada vez mais dinamizada e é isso que está a acontecer e que nós sentimos".

Paulo Arsénio, Presidente da Câmara Municipal de Beja, cumprimentou a ACOS e salientou o dinamismo da Ovibeja e a importância do tema escolhido para assinalar a 40ª edição da mesma. Agradeceu ainda ao Presidente da CONFAGRI pelo convite e pela presença muito expressiva da Confederação nesta edição da Ovibeja, e "com o envolvimento da juventude", referindo-se ao facto da CONFAGRI ter recebido no seu stand institucional cerca de 4.000 crianças das escolas do Município, apontando que "sendo uma das dificuldades do sector agroalimentar a idade avançada de uma parte importante das pessoas envolvidas no mesmo, a CONFAGRI marcou de facto muitos pontos e pode influenciar os jovens a terem mais atenção às atividades e à importância do sector agrícola e do mundo rural".

Destacou o facto do mercado ibérico possuir cerca de 60 milhões de consumidores e a

relevância deste facto à escala europeia "o que lhe confere um grau diferenciador e importante". Referiu ainda que "muitas vezes não existe a consciência de que as reivindicações que movem os agricultores do norte europeu não são sempre as mesmas dos do sul e, portanto, o associativismo ao nível ibérico é importante também para demonstrarmos mais força junto das instituições europeias, que tanto determinam em termos agrícolas".

Terminou dizendo que "o colóquio é da maior importância para fortalecer as relações entre os dois países e quem sabe, ser a inspiração para que no nosso espaço ibérico possamos ter cada vez menos fatores a separarem-nos e mais a unirem-nos".

Seguiram-se as duas apresentações do colóquio, que antecederam a mesa redonda, uma realizada pela Porta Voz do MAPA, Movimento Ambiente e Produção Alimentar. Graça Mariano e outra pelo Presidente da Cooperativa FARRUSCA, Cooperativa de Criadores de Bovinos da Raça Garvonesa, António Aires.

Graça Mariano, referiu que o movimento é constituído por mais de 30 entidades, direta ou indiretamente ligadas aos sectores da produção agrícola, da criação de animais para consumo e da produção e distribuição agroalimentar e que este pretende, "numa só voz, construir de forma positiva mensagens verdadeiramente informativas, que ajudem a esclarecer e clarificar ideias pré-concebidas sobre o mundo rural e sobre o seu papel na manutenção, preservação e equilíbrio da natureza, do bem-estar animal e da felicidade na vida quotidiana das pessoas, uma vez que os produtores e agricultores são ambientalistas por natureza, são eles que cuidam dos animais e produzem os alimentos que todos nós integramos nas nossas dietas", sendo que o papel do MA-PA é o de informar, esclarecer e envolver a sociedade civil, desmistificando algumas perceções através da partilha de conhecimento com base em evidências científicas comprovadas e sustentadas. Terminou com uma mensagem inequívoca de que "não há ambientalista mais eficaz do que um produtor responsável".

O Presidente da Cooperativa FARRUSCA, António Aires, fez uma retrospetiva histórica do difícil processo de manutenção da raça ao longo dos anos, com algumas referências como ao projeto de recuperação e manutenção do bovino garvonês, do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, numa altura em que os animais se encontravam quase desaparecidos, ao protocolo com a DRAAL, com o intuito de assegurar a continuidade do melhoramento dos recursos



2. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO



3. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ACOS, RUI GARRIDO



4. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA. PAULO ARSÉNIO



animais, promover o funcionamento regular dos livros genealógicos e registos zootécnicos, assegurar os trabalhos de caracterização das raças e promover a avaliação genética, destacando que ,neste momento, existem 22 criadores e estão registados cerca de 700 fêmeas e 30 machos reprodutores.

Destacou que, em 2023, deu-se início a parcerias de comercialização de modo a valorizar a carne destes bovinos, agradecendo a colaboração da CONFAGRI, da PEC Nordeste e da Carnes da Montanha, "que possui uma vasta experiência na comercialização de raças autóctones", e que permitiram, segundo o responsável, "valorizar o produto e dinamizar a criação desta raça". Referiu igualmente o projeto Terra Alimenta, "transição para um sistema alimentar territorializado", que visa o consumo de produtos locais nas cantinas escolares e instituições sociais do distrito de Beja, "muito benéfico quer para consumidores quer para os produtores locais e respetiva pegada ecológica dos produtos produzidos". Estes passos levaram à criação, em 2024, da Cooperativa FARRUSCA, em que um conjunto de criadores da raça uniu-se numa Cooperativa "que está a fazer todos os esforços possíveis para melhorar as condições de mercado, estabelecer parcerias para a criação de um centro de testagem e obter certificações, tudo essencial à manutenção e desenvolvimento da atividade".

Seguiu-se a mesa redonda, moderada por Arlindo Cunha, ex-Ministro da Agricultura, e com a participação de Idalino Leão, Presidente da CONFAGRI, Ramon Armengol, ex-Presidente da COGECA, Emílio de Léon, Diretor de Produções Animais da COVAP - Cooperativa Ganadera del Valle de los Pedroches e Fernando do Rosário, Presidente da Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches.

Arlindo Cunha referiu a importância das Cooperativas, enquanto organizações socioeconómicas, que têm um conjunto de valências fundamentais, desde logo, reorganizar o mercado, criar economias de escala, partilhar o risco, melhorar o acesso aos recursos humanos, ao financiamento, à inovação, ao controlo da qualidade e o reforço da posição negocial dos agricultores na cadeia de valor, lembrando que "da fatura do consumidor só cerca de 1/5 é que chega aos produtores". Referiu igualmente que um dos novos horizontes que se abre ao papel das Cooperativas é serem elas as grandes vertebradoras da reorganização dos mercados locais.

Idalino Leão, Presidente da CONFAGRI, reforçando as palavras de Arlindo Cunha,



5. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA COOPERATIVA DE BEJA E BRINCHES, FERNANDO DO ROSÁRIO



6. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA COOPERATIVA FARRUSCA, ANTÓNIO AIRES



7. INTERVENÇÃO DA PORTA VOZ DO MAPA, GRAÇA MARIANO



8 INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, NUNO SERRA

disse que uma das coisas pela qual a Confederação tem-se debatido é a necessidade da capacitação institucional das Cooperativas, apontando que "desafiámos a antiga tutela para a necessidade de olhar de uma forma particular para as Cooperativas". Segundo o responsável, "em muitos dos locais do nosso território, as Cooperativas continuam a criar emprego, a criar dinamismo e riqueza no território, onde o Estado, nas suas múltiplas valências, já não está, nem presta qualquer apoio às populações", destacando que "esta especificidade por si só merecia que se olhasse e criasse uma medida de capacitação institucional para as Cooperativas". Idalino Leão apontou que essa medida deveria ter uma medida de capacitação dos recursos humanos, estrutural e financeira e de ganhos de escala para aquelas que o desejassem, lembrando que a última medida especifica e exclusiva para as Cooperativas agrícolas

foi criada pelo Ministro Arlindo Cunha, há cerca de 30 anos." Enquanto Cooperativas, temos uma responsabilidade social, mas não é menos verdade que não conheço nenhuma organização que seja capaz de ajudar os seus associados se não estiver forte e com liquidez" apontou Idalino Leão. Nesse sentido, o Presidente da CONFAGRI defendeu a promoção desta visão ibérica. porque "Espanha em muitas das fileiras é um colosso, até em termos mundiais, isto porque houve vontade politica de assumir as Cooperativas e o sector agroalimentar como estratégico", apontando que é um caminho que tem de ser feito e que, para tal, é necessária a ajuda de todos os intervenientes. Ramon Armengol referiu a importância do lobbing desenvolvido em Bruxelas pela COGECA, uma vez que 80% das politicas a aplicar no sector agroalimentar são definidas nesse cenário, reforçando que existem muitos lobbing's dispostos a desprestigiar o sector agroalimentar e que "temos de inverter essa situação". "É injusto e temos de desenvolver esforços para que esta mensagem do produtor ambientalista e a ideia do cooperativismo se materializem e passem para a sociedade", apontou. Assinalou ainda a importância das eleicões europeias que se avizinham e a relutância de alguns partidos políticos em atribuírem a importância devida ao sector, "desvalorizando-o até muitas vezes" e destacou a relevância de desenvolver um esforço para educar os jovens relativamente ao modelo cooperativo, "transmitindo que é um grande modelo, e as excelentes oportunidades que o mesmo proporciona".

O Presidente da Cooperativa de Beja e Brinches, Fernando do Rosário, referiu que existe um longo caminho a percorrer em comparação com Espanha, "mas que tem de ser feito". Destacou o papel importante que a Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches tem tido na região, referindo que o mesmo "nada mais é do que dar resposta aos nossos sócios e ao que eles necessitam, porque eles é que são os verdadeiros donos da Cooperativa". Neste sentido, o responsável acredita que há uma mudança de mentalidade, sendo que "há uns anos agrupavam-se nas Cooperativas com motivos sempre muito focados nos apoios, e os mesmos são importantes e bem-vindos, mas hoje em dia as pessoas estão também a ver as vantagens de estar agrupados, refletidas na maior e melhor capacidade de produção e nas melhores condições de valorização dos seus produtos".

Fernando do Rosário apontou ainda que a Cooperativa tem "tido um crescimento grande

ao longo dos últimos anos", possuindo cerca de 2.700 sócios e sublinhando a importância de agrupar e ganhar dimensão neste processo, destacando a produção de cereais e a produção olivícola e a importância que o apoio da Cooperativa, com os seus serviços e infraestruturas, tem desempenhado no desenvolvimento destas atividades.

Emílio de Léon, Diretor de Produções Animais da COVAP, defendeu ser um absoluto crente das Cooperativas e do seu modelo, apresentando o exemplo da sua Cooperativa e da importância que a mesma representa para os sectores que representa. A COVAP está sediada em Pozoblanco, Comunidade da Andaluzia, mas opera em toda a Espanha e possuindo 3 áreas de negócio, sendo a

principal a produção láctea, seguida da alimentação animal, com a garantia da traçabilidade, e a comercialização de carnes. A Cooperativa possui 2500 criadores de gado e realiza cerca de mil milhões de euros de faturação, e segundo Emílio de Léon, "esta dimensão tem sido fundamental para o desenvolvimento da Cooperativa". Segundo o responsável, os objetivos da Cooperativa passam por "garantir a continuidade da criação de gado, com a necessária renovação geracional, pela sustentabilidade e economia circular, e por continuar a inovar no modelo de negócio".

No encerramento, Nuno Serra, Secretário-Geral da CONFAGRI, agradeceu a todos os intervenientes e referiu o "grande orgulho"

que a Confederação tem com a realização deste colóquio na Ovibeja, para discutir o cooperativismo e esta visão ibérica", apontando que o mesmo permite levar "um conjunto de ensinamentos e a certeza de que para criar valor temos de nos organizar melhor, e as Cooperativas são um dos órgãos por excelência que podem fazer esta agregação". Terminou referindo que "Portugal necessita desta escala para que o sector agroalimentar cresca cada vez mais", mas enfatizando que este processo só irá para a frente "com políticas públicas e estímulos que possam motivar cada vez mais o cooperativismo, políticas públicas essas que a CONFAGRI tem defendido e apresentado ao Ministério".



CONFAGRI MARCA PRESENÇA NA OVIBEJA

A CONFAGRI esteve presente no certame, com um stand próprio localizado no pavilhão institucional, onde procurou esclarecer e informar todos os agricultores e pessoas interessadas sobre as questões mais importantes da atualidade do Sector.

No seu espaço, a CONFAGRI recebeu todas as personalidades e delegações oficiais que visitaram a Feira, entre as quais se contam o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa e o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro.

De destacar ainda que durante as manhãs de 2 e 3 de maio, a CONFAGRI convidou e recebeu no seu stand cerca de 4.000 mil crianças das escolas do Município de Beja.

Da nossa parte, congratulamo-nos com a forma como o certame decorreu, com a afluência de visitas que verificámos e pela forma como fomos recebidos pela ACOS, organizadora do evento. Por tudo isto, é garantido que voltaremos a marcar presença no próximo ano.



CONFAGRI PROMOVE DEBATE ELEITORAL:

CANDIDATOS AO PARLAMENTO EUROPEU DISCUTEM O FUTURO DO SECTOR AGROALIMENTAR



A CONFAGRI, tendo em conta a realização, a 9 de junho, das eleições para o Parlamento Europeu, palco onde se define muitas das políticas que influenciam o presente e o futuro do sector agroalimentar, achou imperativo ouvir e entender o posicionamento dos principais partidos políticos que se candidataram às eleições europeias, para que fosse possível conhecer o seu posicionamento em relação às principais questões relacionadas com o sector agroalimentar.



1. PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO E SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, NUNO SERRA

omo tal, a Confederação promoveu um debate, no passado dia 20 de maio, na sua Sede, em Lisboa, entre os candidatos das principais forças políticas ao Parlamento Europeu.

Estiveram presentes no debate os candidatos Hélder Sousa e Silva (Aliança Democrática), Pedro do Carmo (Partido Socialista), Francisco Almeida Leite (Partido Chega), Valter Ferreira (Iniciativa Liberal), Vítor Rodrigues (Partido Comunista), Rodrigo Brito (Partido Livre) e Nelson Peralta (Bloco de Esquerda). A Sessão de abertura do debate esteve a cargo do Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, que referiu a importância das eleições europeias para a agricultura nacional destacando que o futuro da mesma deve ser escrito com os agricultores e não contra eles, porque "importa sublinhar que o que os agricultores produzem é alimentos, para além de todo um conjunto de externalidades positivas que geram, com a sua atividade normal, para o território em que estão inseridos, desde a limpeza dos terrenos, à fixação de pessoas aos territórios rurais"

enfatizando que "se há coisa que a Europa devia ter aprendido recentemente, com a pandemia e com a guerra, altura em que as nossas fragilidades vieram ao de cima, é que a questão da alimentação é uma questões de soberania que temos de ver acautelada". A propósito das exigências ambientais ao sector, Idalino Leão apontou que os "agricultores são os primeiros ambientalistas e os primeiros a preocuparem-se com as alterações climáticas, sendo que o sector agrícola já contribui para a descarbonização da economia de uma forma natural, não existindo mais nenhum sector a fazê-lo, e é importante que a parte económica e social da agricultura seja também colocada em cima da mesa".

Realçou que se esta PAC for executada tal como foi pensada, isto implica uma redução da produção agroalimentar em 20% no espaço europeu, e um custo maior de alimentação para os Europeus de 12%, bem como a importância de acautelar no contexto europeu o equilíbrio na cadeia agroalimentar, sendo que "se não houver uma força de lei



que seja reguladora, este equilíbrio não será possível". Falando da questão da necessária renovação geracional "ainda mais gritante em Portugal" referiu que em Portugal "somos menos de 4% de jovens agricultores" e enfatizou a necessidade de existir "coragem para tomar decisões disruptivas e necessárias para assumir de uma vez por todas a questão da soberania alimentar como estratégica e fundamental", destacando a necessidade de fomentar a nível europeu "uma politica transversal a todos os Estados-membros com a criação de mecanismos financeiros que incentivassem a passagem entre gerações, para que os filhos continuassem a produzir e a gerar riqueza e coesão territorial". Idalino Leão apontou ainda que UE vive uma espécie de hipocrisia no que toca à agricultura e ao mundo rural, quando "exige aos seus agricultores e suas organizações aquilo que não exige a produtos provenientes de mercados extra-comunitários", referindo que estes factos estão a levar ao abandono, à desertificação do mundo rural e ao desequilíbrio cada vez mais gritante da balança comercial na União Europeia. O responsável assinalou ainda a lei do restauro da natureza, bem como a lei do bem-estar animal, nomeadamente no transporte dos animais vivos, alertando para o facto de, sendo Portugal um país periférico no contexto da UE, a mesma poder trazer "consequências muito gravosas para os produtores pecuários nacionais se estas especificidades não forem acauteladas".

O Evento, moderado pelo Secretário-Geral da CONFAGRI, Nuno Serra, foi bastante participado, constituindo um amplo espaço de debate que contribuiu para a apresentação e debate das prioridades de cada partido, para o esclarecimento de diversas questões prementes relacionadas com o presente e o futuro do Sector Agroalimentar, em temas como:

- Pacto Ecológico Europeu / Green Deal e Acordos Comerciais - As metas estabelecidas pela Estratégia do Prado ao Prato, como a redução do uso de fitofarmacêuticos, perdas de nutrientes e antimicrobianos na pecuária, e a conversão de terras agrícolas em agricultura biológica foram discutidas, bem como os acordos comerciais preferenciais, como os com o MERCOSUL.
- Futuro da Agricultura e das Zonas Rurais Foram abordadas medidas no âmbito das políticas europeias, e não exclusivamente da PAC, para tornar a atividade agrícola e as zonas rurais mais atrativas, especialmente para os jovens, considerando que as zonas rurais representam 80% do território da UE e 30% da sua população, com rendimentos significativamente inferiores à média comunitária.
- **O Desequilíbrio da Cadeia Agroalimentar** e o que deve ser feito ao nível das políticas europeias para garantir uma relação mais equilibrada e uma distribuição de valor mais justa na cadeia agroalimentar. As questões abordaram se devem ser encontradas soluções comuns ao espaço europeu ou se cada Estado-Membros deve definir os seus mecanismos, se defendem medidas orientadoras e de concertação entre as partes ou também medidas reguladoras, e quais medidas preconizam para reforçar as organizações económicas dos agricultores, nomeadamente das Cooperativas.
- A PAC no Contexto do Próximo Quadro Orçamental e do Alargamento da União Europeia - Os candidatos debateram a posição sobre possíveis cortes no orçamento da PAC pós-2027, o impacto do alargamento da União Europeia na economia e agricultura, e se consideram que a futura PAC



NÃO HÁ **BOA TERRA SEM BOM** LAVRADOR.

HERKULIS.COM herkulis@herkulis.com

+351.912 550 955

+351.234 543 222

+351.919 052 777 (adm.)

Rua da Linha, nº 6 Quinta da União · Ap. 92 3850-501 BRANCA ALB Albergaria-a-Velha

40' 44 42" **N** | 08' 29 21" **W** PORTUGAL

deve dar mais autonomia aos Estados--Membros na definição das medidas de política ou ser cada vez mais comum.

O Descontentamento Atual dos Agricultores Europeus e a resposta que consideram necessária por parte da União Europeia para enfrentar o descontentamento e desespero dos agricultores europeus, que enfrentam dificuldades económicas, burocráticas e ambientais.

Ficou patente a posição de cada partido presente em relação a cada uma destas questões.

A encerrar, o Presidente da CONFAGRI referiu que a intenção da Confederação com a realização deste debate foi precisamente esclarecer os agricultores e contribuir para o voto, apelando ao mesmo, sublinhando que "para a CONFAGRI, o dinheiro público deve ser utilizado para apoiar quem faz uma gestão ativa e produtiva do território, sendo a produção uma questão fundamental de que não vamos abdicar, da mesma forma que não vamos abdicar do investimento". Referiu ainda que gostava de ter ouvido referências à questão da rotulagem (por ex. do vinho), bem como do nutri-score, e lembrou a necessidade de harmonização fiscal e dos custos fixos associados à energia em termos regionais, uma vez que grande parte do nosso mercado situa-se na Península Ibérica.

Salientou ainda que o Sector agroalimentar são pessoas, territórios, e que "a autonomia estratégica é fundamental e deve ser fomentada, sendo a agricultura um dos sectores onde a economia circular se faz de uma forma quase natural".

A terminar, Idalino Leão pediu a todos os candidatos que, em caso de eleição, "sejam a voz dos agricultores portuguesas em Bruxelas e não a voz de Bruxelas em Portugal", apelando para que "escrevam o futuro da PAC com os agricultores e não contra os agricultores".

A gravação do debate pode ser assistida na íntegra no Canal YouTube e Facebook da CONFAGRI em:

Youtube: Canal CONFAGRI CCRL https://www. youtube.com/channel/UCxgQOUKjoNIItfEQUqN205Q

Facebook: https://www.facebook.com/anossaagriculturaconfagri



2. DA ESO, PARA A DIR.: PEDRO DO CARMO (PARTIDO SOCIALISTA). NELSON PERALTA (BLOCO DE ESQUERDA). VÍTOR RODRIGUES (PARTIDO COMUNISTA), RODRIGO BRITO (PARTIDO LIVRE).



3. DA ESQ. PARA A DIR.: VALTER FERREIRA (INICIATIVA LIBERAL), FRANCISCO ALMEIDA LEITE (PARTINO CHEGA) HÉLDER SOUSA E SUVA (ALIANCA DEMOCRÁTICA)



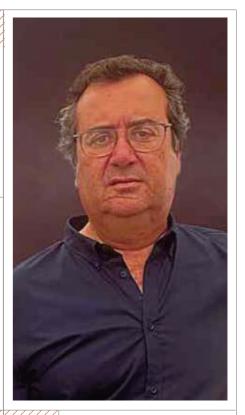
4. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO

PRESIDENTE DA COOPERATIVA FARRUSCA, ANTÓNIO AIRES

Cooperativa Farrusca, Cooperativa de Criadores de Bovinos de Raça Garvonesa, CRL, foi fundada em março de 2024 com o objetivo de valorizar e comercializar a carne da raça Garvonesa, uma raça bovina autóctone ameaçada que já esteve em vias de extinção.

O papel da Cooperativa Farrusca é fundamental para a valorização e comercialização desta carne, procurando garantir que os esforços dos criadores na preservação e conservação genética da raça sejam justamente recompensados em termos económicos.

Existem atualmente 22 criadores, 700 fêmeas adultas e 30 machos reprodutores inscritos no Livro Genealógico da raça.



1. ANTÓNIO AIRES, PRESIDENTE DA COOPERATIVA FARRUSCA

TEXTO

PAULO MARQUES

1 CONFAGRI

Quais foram os principais fatores na génese da criação da Cooperativa Farrusca?

Em 2023, após conversas com o presidente da CONFAGRI, Dr. Idalino Leão, que desempenhou um papel fundamental em todo este processo, e em colaboração com a PEC Nordeste e a Carnes da Montanha, foi iniciado um projeto para incluir a carne da raça Garvonesa nesta plataforma de comercialização (Carnes da Montanha). Foram realizados testes de abate para avaliar as caraterísticas dos animais, estabelecendo critérios de peso e idade adequados.

Em 2024, após o início do processo de comercialização em colaboração com a PEC Nordeste e a Carnes da Montanha, os criadores sentiram a necessidade de se unir e formar a Cooperativa. O objetivo principal subjacente à sua criação é o de melhorar as condições de escoamento e a valorização dos produtos, aumentar

a visibilidade da raça Garvonesa, estabelecer parcerias para a criação de um centro de testagem e obtenção das necessárias certificações que reconheçam a qualidade da Carne e permitam valorizá-la cada vez mais. Este ano, com o trabalho já realizado, participaremos em vários eventos e já contamos com cinco novos criadores, incluindo um jovem agricultor. Este facto é de destacar e é crucial para a atração de jovens para a atividade, promovendo a necessária renovação geracional no sector.

Este projeto de comercialização já permitiu relevantes receitas que proporcionaram mais-valias superiores aos criadores da raça.

A manutenção da raça Garvonesa não tem sido um processo fácil ao longo dos anos. Quais são os principais desafios que o desenvolvimento desta raça enfrenta?

Os principais desafios são a preservação e conservação da raça, que é uma raça ameaçada e tem sido realizado um trabalho significativo de conservação de sémen para enfrentar possíveis problemas sanitários.

Outro desafio é o crescimento, pois é fundamental oferecer uma mais-valia eco-

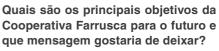


nómica aos produtores para que continuem na atividade e para que possamos atrair novos. A paixão e dedicação têm sido os principais motores até agora, mas precisamos torná-la economicamente atrativa, especialmente para atrair jovens e é isso que estamos a fazer com a criação da Cooperativa Farrusca.

A Cooperativa estabeleceu algumas parcerias estratégicas que tiveram um importante papel na criação e no desenvolvimento desta nova fase da comercialização da raça bovina Garvonesa. Gostaria de falar um pouco sobre as parcerias estabelecidas e os seus objetivos?

Posso destacar cinco parcerias principais. Três delas vêm ainda antes da criação da Cooperativa Farrusca e muito auxiliaram na criação da mesma, que são a parceria com a CONFAGRI, com a PEC Nordeste e com a Carnes da Montanha, que têm sido uma colaboração imprescindível em todo o processo de valorização e comercialização da carne da raça Garvonesa. Uma quarta parceria, com os Municípios de Castro Verde e Mértola, designada projeto Terra Alimenta, "transição para um sistema alimentar territorializado", que visa o consumo de produtos locais nas cantinas escolares e instituições sociais, e que permite auxiliar na sustentabilidade da atividade pecuária,

na qualidade dos produtos consumidos e reduzir a pegada ecológica dos mesmos. Por fim, destacava a parceria que vamos desenvolver com o Município de Odemira que visa associar a atividade da criação da raça Garvonesa ao fundamental repovoamento do território, papel importantíssimo que a atividade pecuária desempenha, mas que muitas vezes é esquecido. Os animais é que mantêm as pessoas no território e são uma importante fonte de criação de riqueza para essas regiões. Estamos também a falar com o Município de Odemira sobre a possibilidade deste vir a apoiar a aquisição de animais e em dar um apoio anual à sua criação.



O nosso objetivo é continuar a trabalhar no sentido de potenciar e desenvolver cada vez mais a criação de bovinos da raça Garvonesa, garantindo o escoamento dos animais, obtendo as certificações necessárias para os nossos produtos. gerando cada vez mais valias superiores e atraindo cada vez mais criadores.

Agradeço o excelente apoio da CON-FAGRI na pessoa do seu Presidente, Dr. Idalino Leão e do seu Secretário-Geral, Eng.º Nuno Serra.

Para terminar gostava de deixar uma palavra muito especial aos criadores que acreditaram na raça ao longo dos anos. Quanto mais produtores aderirem, mais forte será a Cooperativa, criando melhores condições para valorizar a raça. Nosso foco é a comercialização eficiente, desde a produção até ao consumidor final, garantindo a sustentabilidade e a continuidade deste importante trabalho.



Email: farrusca.coop@gmail.com

Os Produtos comercializados pela Cooperativa poderão ser visualizados na plataforma "Carnes da Montanha" em: https://www.carnesdamontanha.pt/



2. PRODUTOS DA RAÇA GARVONESA NA PLATAFORMA DE COMERCIALIZAÇÃO "CARNES DA MONTANHA"



3 ANIMAIS DA RACA GARVONESA

PRESIDENTE DA CONFAGRI MARCA PRESENÇA NA FEIRA DE GARVÃO







1. MESA DO COLÓQUIO COM O PRESIDENTE DA CONFAGRI, PRESIDENTE DA CÂMARA DE OURIQUE E PRESIDENTE DA COOPERATIVA FARRUSCA.

2. ENTREGA DA PLACA DE AGRADECIMENTO AO PRESIDENTE DA CONFAGRI

3. PLACA DE AGRADECIMENTO

Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, esteve presente, no dia 10 de maio, no Colóquio de Abertura da Feira de Garvão, que decorreu de 10 a 12 de maio no Município de Ourique. Durante o Colóquio promovido pela Associação de Agricultores do Campo Branco e pela Cooperativa Farrusca, o Presidente sublinhou a importância do papel que a CONFAGRI, a PEC Nordeste e as Carnes

da Montanha têm tido no desenvolvimento desta nova fase da comercialização da raça bovina Garvonesa e na criação da Cooperativa Farrusca.

Na presença do Presidente da Câmara de Ourique, Marcelo Guerreiro e do Secretário de Estado da Agricultura, João Moura o Presidente da Cooperativa Farrusca, António Aires, fez questão de reconhecer e agradecer, publicamente, toda a ajuda, empenho e dedicação de Idalino Leão na valorização da Raça Garvonesa, que culminou com a entrega de uma placa de agradecimento para assinalar e reconhecer esse facto. A Feira de Garvão é um evento emblemático que celebra a identidade e as tradições do mundo rural, reunindo produtores, especialistas e entusiastas para compartilhar conhecimento, promover a economia local e preservar as raízes culturais da comunidade.



CCAM DE ALCOBAÇA, CARTAXO, NAZARÉ, RIO MAIOR E SANTARÉM

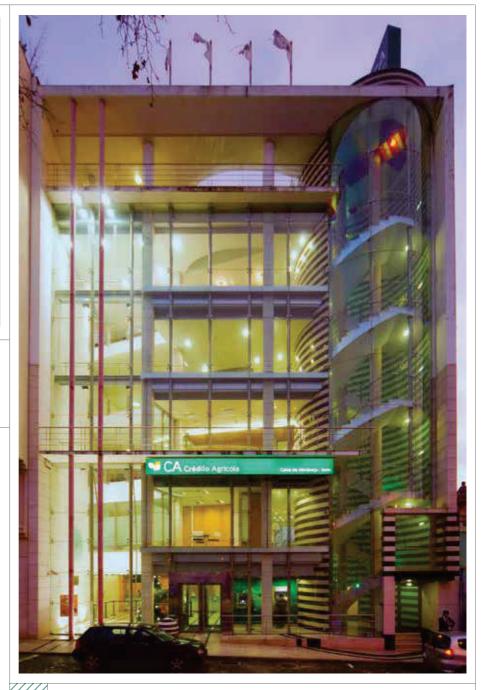


PAULO MAROUES



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Alcobaça CRL, foi criada em 28 de Janeiro de 1912, e está na origem da hoje denominada, CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém CRL. A Caixa resultou de dois processos de incorporação por fusão de outras Caixas, um primeiro, realizado em 2005, com a CCAM do Ribatejo Centro (resultante de anterior integração da CCAM do Concelho de Rio Maior e da CCAM de Santarém), e um segundo processo, realizado em 2017, com a CCAM do Cartaxo, estendendo a sua ação também a esse concelho e alterando nessa altura a sua designação para a atual.

Esta Instituição de Crédito de cariz cooperativo, está integrada no Grupo Crédito Agrícola e tem a sua sede na cidade de Alcobaça, onde dispõe de Agência bancária, serviços centrais de apoio à sua rede local de quinze Agências, auditório e galeria de exposições, disponíveis para utilização pela comunidade. Além da Sede, a Caixa possui 14 outras Agências nas localidades de Alcanede, Alcobertas, Alfeizerão, Amiais de Baixo, Cartaxo, Nazaré, Pataias, Pontével, Rio Maior, Santarém, Turquel, Valado dos Frades, Vila Chã de Ourique e Vila Marmeleira.



1. SEDE DA CAIXA EM ALCOBAÇA

Desta forma, a área social da CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém abrange estes cinco concelhos dos distritos de Leiria e Santarém, que possuem uma população de cerca de 170 mil habitantes. É uma região diversificada, que combina zonas rurais, urbanas e litorais, com uma forte presença do sector agroalimentar, mas também de outras atividades económicas como o turismo, a indústria, o comércio e os serviços. Atualmente, a Caixa possui 86 colabo-

radores, cerca de 15 mil associados e 44 ATM's dispersas pelas diversas Freguesias da sua área social, possuindo uma carteira de depósitos no valor de aproximadamente 474 milhões de euros e cerca de 300 milhões de euros de crédito concedido (23,8% concedidos a atividades direta ou indiretamente relacionadas com a agricultura), e um rácio de solvabilidade Tier 1 de 17,33%, bastante superior ao mínimo exigido pela autoridade reguladora.



2. JOÃO LARANJEIRA - PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém

[CONTACTOS]

Morada: Rua Dr. Brilhante. 20 e 22 2460-040 Alcobaca

Telefone: +351 262 505 070 Email: alcobaca@creditoagricola.pt Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém

A CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém é reconhecida pela sua história e tradição. Com mais de um século ao serviço da comunidade (112 anos), como vê o impacto desta instituição no desenvolvimento local e no bem-estar económico e social da sua área social?

A CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém tem sido uma Instituição fundamental para o desenvolvimento local e o bem-estar económico e social da sua área social. Ao longo dos seus 112 anos de existência, a Caixa tem apoiado vastíssimos projetos agrícolas, industriais e comerciais, contribuindo para a criação de emprego e crescimento económico. Sempre com o foco no apoio aos seus associados, clientes e parceiros locais, oferece soluções financeiras adequadas às suas necessidades e expetativas, contribuindo para a dinamização da economia, inovação e sustentabilidade. Por outro lado, a Caixa tem também uma forte presença na vida social e cultural da região, apoiando diversas iniciativas e projetos de caráter educativo, desportivo, ambiental, solidário e artístico. A Caixa é, assim, um agente de coesão e de progresso, que valoriza o território, as pessoas e as tradições.

PORTUGAL CONTINENTAL





SAIBA MAIS SOBRE A CCAM DE ALCOBAÇA, CARTAXO, NAZARÉ, RIO MAIOR E SANTARÉM

A longa trajetória da Caixa permitiu criar laços profundos e de proximidade com os seus associados, clientes e parceiros locais. Pode comentar sobre como essa relação de confiança e proximidade tem sido fundamental para o sucesso da instituição?

A relação de confiança e proximidade com os nossos associados, clientes e parceiros locais é a base do nosso sucesso. A Caixa é uma instituição que conhece bem a realidade e as especificidades da região, está próxima das pessoas e das suas necessidades, oferece um atendimento personalizado e de qualidade, tendo uma política de preços competitiva e transparente, com o respeito dos princípios da cooperação e da mutualidade, sempre assente numa gestão prudente e rigorosa. A Caixa é, assim, uma instituição de confiança, que gera satisfação e fidelização nos seus associados e clientes, e que tem uma reputação sólida e reconhecida no mercado

Face aos desafios do mercado atual e à intensa concorrência, que outros



3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESQ. PARA A DIR.: HELDER RAIMUNDO, SANDRA PEDRO, JOÃO LARANJEIRA



4. XXI JORNADAS PROFISSIONAIS (ÓBIDOS 2023)

pilares estratégicos principais têm sido adotados pela CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém para manter o crescimento e a sua posição consolidada no mercado?

Além da relação de confiança e proximidade. a Caixa tem apostado na diversificação, na inovação e na responsabilidade. A diversificação, proporciona uma oferta de uma gama alargada e diversificada de produtos e serviços financeiros, que abrange desde as soluções mais tradicionais às mais modernas e sofisticadas, e que se adapta aos diferentes perfis e segmentos de clientes, desde os particulares aos empresariais. A inovação, é uma aposta na modernização das agências, e na digitalização dos nossos canais de comunicação e distribuição, que permite oferecer aos nossos clientes uma experiência mais cómoda, rápida e segura, e que nos coloca na vanguarda da tecnologia. A responsabilidade respeita à integração dos critérios ambientais, sociais e de governança na nossa atividade, que nos permite gerir os riscos, as oportunidades e os impactos da nossa atuação, e que nos torna uma instituição mais sustentável e mais comprometida com o bem comum.

O compromisso social é uma pedra angular para a CCAM de Alcobaça,

Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém, Poderia dar-nos exemplos concretos de como esse compromisso se manifesta na prática?

O compromisso social, reflete a nossa missão e os nossos valores. A CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém, tem uma política de responsabilidade social ativa e participativa, que se traduz no apoio a diversas iniciativas e projetos de caráter social, cultural, educativo, desportivo, ambiental e solidário, que contribuem para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde estamos inseridos. Alguns exemplos concretos desse compromisso são: o apoio à construção e requalificação de equipamentos sociais, como lares, centros de dia, creches, escolas; o apoio à promoção da saúde, da educação, da cultura, do desporto e do lazer, através do patrocínio de eventos, atividades, publicações; o apoio à inclusão social e à solidariedade, através da doação de bens e serviços, da participação em campanhas e ações de voluntariado, e da cooperação com instituições de caridade.

Qual é a sua visão sobre o estado atual do sector agroalimentar na área de influência da Caixa e quais são as expetativas para o seu desenvolvimento futuro?

O sector agroalimentar é um dos sectores mais importantes e dinâmicos da área de influência da Caixa, que tem uma grande tradição e potencial agrícola. A região é rica em produtos de qualidade e de renome, como a fruta, o vinho, o azeite, o queijo, as hortícolas, que são exportados para vários mercados e que contribuem para a valorização da economia local. A minha visão sobre o estado atual do sector é positiva, pois vejo que há uma aposta na modernização, na inovação, na diversificação, e na sustentabilidade, sendo fatores essenciais para a sua competitividade e rentabilidade. As expetativas para o seu desenvolvimento futuro são também optimistas, pois acredito que há espaço para crescer e para explorar novas oportunidades, tanto no mercado interno como no externo, aproveitando as tendências de consumo, as políticas de apoio, as redes de distribuição e as plataformas digitais.

Em seu entender, o que seria importante no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio que permita potenciar tanto o sector agroalimentar quanto a atividade da Caixa na região?

No âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, seria importante que houvesse uma maior simplificação, agilização e flexibilização dos processos de candidatura, de

execução e de controlo dos projetos, que muitas vezes são burocráticos, demorados e exigentes. Seria também importante que houvesse uma maior articulação, complementaridade e coerência entre os diferentes instrumentos de financiamento, que por vezes são dispersos e sobrepostos. Considero ainda que deveria existir uma maior adequação, equilíbrio e proporcionalidade entre os objetivos e prioridades, bem como os critérios e os montantes dos apoios, que por vezes são desajustados. Estas medidas permitiriam potenciar tanto o sector agroalimentar quanto a atividade da Caixa na região, pois facilitariam o acesso, a realização e o acompanhamento dos projetos, bem como incentivariam a inovação, a competitividade e a sustentabilidade do sector.

Tendo em conta o contexto económico desafiador, incluindo as tensões geopolíticas, como analisa os respetivos impactos na economia local e no sector bancário?

O contexto económico é desafiador, e tem tido um forte impacto na economia local e no sector bancário. Começando pela volatilidade dos mercados, que afetam os preços das commodities, como os produtos agrícolas, que são uma parte

significativa da economia local. As oscilações nos preços nos produtos finais, prejudicam a estabilidade financeira dos produtores locais. Por outro lado, poderemos ter interrupções na cadeia de abastecimento, um aumento dos custos energéticos e a quebra de confiança do Consumidor e Investidor. A redução da confiança pode levar a uma diminuição no consumo e nos investimentos, retardando o crescimento económico local. As famílias podem adotar uma postura mais cautelosa, reduzindo os gastos e aumentando a poupança, enquanto os investidores podem adiar ou cancelar projetos de investimento.

No sector Bancário, temos os Riscos de Crédito, com as empresas locais a enfrentar dificuldades económicas, aumentando o risco de crédito para os bancos. As instituições financeiras podem ver um aumento no incumprimento de empréstimos, especialmente entre as pequenas e médias empresas, mais vulneráveis às flutuações do mercado.

As taxas de juro, em que o banco central tem vindo a adotar políticas monetárias mais conservadoras, ajustando as taxas de juro para controlar a inflação e estabilizar a economia. levaram ao aumento do custo dos empréstimos para empresas e particulares, desacelerando o crescimento económico.

No entanto, com estratégias adequadas de mitigação e uma gestão prudente, é possível minimizar os impactos negativos e continuar a apoiar o desenvolvimento económico sustentável na região.

Que palavras gostaria de transmitir aos associados, clientes atuais e futuros, bem como à comunidade em geral?

É com grande honra e responsabilidade que assumo o papel de Presidente da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém. A nossa Instituição tem uma longa história de compromisso com o desenvolvimento económico e social das regiões que servimos, e continuaremos a honrar esse legado.

Aos nossos associados e clientes atuais, agradecemos a confiança depositada em nós. A vossa confiança é a base do nosso sucesso. Continuaremos a trabalhar incansavelmente para oferecer produtos e serviços financeiros que respondam às vossas necessidades, com a qualidade e a proximidade que nos caracterizam. Para os futuros clientes, gostaria de sublinhar que a nossa Caixa de Crédito Agrícola é uma instituição que valoriza a cooperação, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável. Convidamos a juntarem-se a nós, a partilhar a nossa visão e a beneficiar das soluções financeiras inovadoras que proporcionamos. À comunidade em geral, reafirmamos o nosso compromisso em contribuir para o desenvolvimento local, apoiando iniciativas que promovam a economia, a cultura e o bem-estar social. A nossa missão vai além do âmbito financeiro: estamos dedicados a fazer a diferença nas vidas das pessoas e no crescimento das comunidades.

Estamos cientes dos desafios que enfrentamos, mas também estamos confiantes nas oportunidades que o futuro nos reserva. Com a vossa colaboração e confianca, continuaremos a construir um futuro próspero e sustentável para todos. Contem connosco.



PREMIAMOS QUEM FAZ O MUNDO AVANÇAR



11ª Edição Prémio Empreendedorismo e Inovação

CRÉDITO AGRÍCOLA



5.000€

2.500€ Menção Honrosa 2.500€ Bfk Award - ANI

SECTORES

Agricultura, Agro-alimentar e Floresta



CATEGORIAS

Transição energética e neutralidade carbónica

Resposta a stresses bióticos e abióticos

Valorização dos recursos endógenos

Segurança alimentar e nutricional

Projecto de Elevado Potencial promovido por Associado Crédito Agrícola

Menção Honrosa | Inovação em Parceria

Born from Knowledge Award - ANI

Período das candidaturas > 8 de Abril a 28 de Junho

Informações, Regulamento e Candidaturas em premioinovacao.pt

Apoio Institucional





Parceiros



D G A D R Direção-Geral de Agricultura







Para mais informações:



Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL registada junto do Banco de Portugal sob o nº 9000